



Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

No centro histórico
de Lisboa troca-se
o património
arqueológico por lugares
de estacionamento

O mistério da Praça da Figueira

entrevista com Cláudio Torres reportagem

ao I.A.O. da Fundação Ricardo Espírito Santo

tecnologia novas soluções de ancoragem de alvenarias

Auto II - N.º 6 Abril/Maio 2002 - 100 páginas - Preço 5,00 euros (incluindo I.V.A.)



Pedra & Cal

Revista do Grémio das Empresas
de Conservação e Restauro
do Património Arquitectónico

neste número

N.º 6

ABRIL/MAIO/JUNHO

TEMA DE CAPA – Arqueologia Urbana

- 8 Reportagem: As obras da Praça da Figueira, o caso do Convento de Cristo e da Casa do Infante
- 13 Resenha histórica da Praça Luís de Camões – Mulize Ferreira
- 16 Entrevista: Cláudio Torres
- 20 Documentos: Carta de Lausanne
- 24 Arqueologia Urbana: condicionalismos e perspectivas – Clementino Amaro
- 30 Divulgação: Centro de Arqueologia de Almada
- 32 e - Pedra&Cal: Sites sobre qualificação profissional e património arquitectónico – Nuno Gil
- 33 Uma figura do passado: Abade de Baçal – Marisa Costa
- 34 **PROJECTOS E ESTALEIROS**
Quinagre e Ocre no Convento de Cristo e Edicon na Igreja de São Vicente de Fora
- 36 **TECNOLOGIA**
Novas soluções de ancoragem de alvenarias – Manuel Brazão Farinha e Rui Pereira Araújo
- 40 **REPORTAGEM**
Instituto de Artes e Ofícios da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
- 44 **AS LEIS DO PATRIMÓNIO**
O novo regime de acesso à actividade de ECP e ICC – Miguel Resende
- 45 **NOTÍCIAS**
- 47 **RECORTES**
- 48 **VIDA ASSOCIATIVA**
- 50 **LIVROS**
- 53 **AGENDA**
- 54 **PERSPECTIVAS**
O que fazer com os Conventos? – Nuno Teotónio Pereira

Tema de Capa

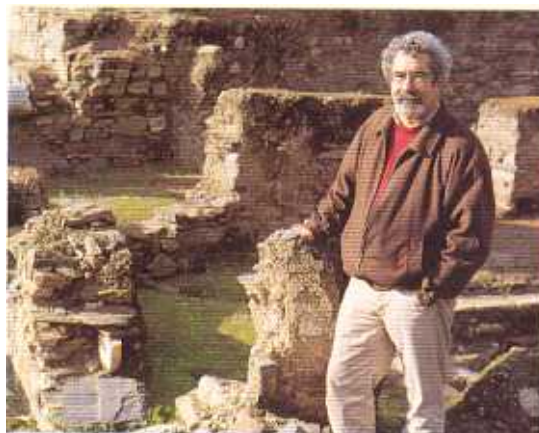


Um hospital quinhentista destruído por um terramoto, um mosteiro medieval submerso por um rio e uma antiga casa da alfândega do século XIV, que a lenda diz ter sido o berço do Infante D. Henrique. Três casos diferentes, recuperados pela arqueologia urbana.

Três casos diferentes de preservação do património. O primeiro, as ruínas do Hospital Real de Todos os Santos, encontradas em plena Praça da Figueira, em Lisboa, não vão sobreviver ao negócio de um parque de estacionamento subterrâneo. Os outros, Igreja de Santa Clara a Velha, em Coimbra e a Casa do Infante, no Porto, constituem exemplos positivos do que deve ser feito em arqueologia urbana.

ENTREVISTA

Cláudio Torres foi para Mértola reescrever a História. Trocou as salas da Universidade pelo campo e pelas escavações. E retirou das profundezas da terra, as memórias do Islão. Um trabalho pioneiro que hoje todos aplaudem. Mas que nem sempre foi assim. Para Cláudio Torres valeu a pena. O que se sabe hoje sobre a civilização islâmica em terras alentejanas tornou a História muito mais rica e complexa. E os seus ensinamentos podem ajudar-nos a viver melhor. Esta é, aliás, a lição da arqueologia urbana.



Touros numa loja de porcelanas



Primero o Martim Moniz e a Praça do Município, agora o Camões e a Praça da Figueira. Quatro sítios da cidade de Lisboa cujo subsolo encerra um património arqueológico de valor inestimável. Tudo agora revolidado em nome do progresso e, quiçá, inventariado à pressa pelos arqueólogos, obrigados a correr à frente das escavadoras, para não prejudicarem o ritmo da empreitada.

Primeiro, os parques para os automóveis detinham-se às portas da antiga cerca Fernandina – Martim Moniz, Praça do Município, Largo Luís de Camões – mas, agora, instalam-se, com descaramento, em pleno coração da cidade histórica.

O que virá a seguir? Porque não hão-de os privados seguir o exemplo e desatar a fazer caves em todos os quarteirões da Baixa, deitando fora, com o entulho, vestígios milenares de outras gentes e outras eras?

A Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico estabelece, desde 1969, que as jazidas e conjuntos que englobam bens arqueológicos devem ser delimitados e protegidos e constituir, até, reservas que possam ser estudadas pelas gerações futuras.

Num centro urbano como Lisboa, cuja origem se perde na penumbra dos tempos, a calçada encerra uma história de valor incalculável, sob a forma de sucessivos estratos de vestígios deixados pelos nossos antecessores, século após século, milénio após milénio.

Que interessa que sob o asfalto e o empedrado da Praça da Figueira estejam paredes e pavimentos do grande hospital construído por D. Manuel, e que sob o que resta desse edifício estejam vestígios deixados pelos romanos e quiçá sob estes os dos fenícios, se agora precisamos de estacionar comodamente os nossos carros? Será esta a justificação ou haverá outras?

Com este acto de prioridade duvidosa, invalidam-se, para sempre, outras possibilidades de valorização do património histórico existente no subsolo, provocando-se uma perda irreparável tanto à geração actual como às futuras gerações. Perdemos nós, os de hoje, porque, para além de algumas pedras que ficarão esquecidas nos depósitos camarários até serem embalsamadas em betão noutra qualquer arco da Praça de Espanha, apaga-se, de forma irreversível, uma memória secular, senão milenar, até agora intacta sob a calçada. E perdem os vindouros, despojados, sem apelo, em nome do pretenso conforto dos actuais usufrutuários da cidade.

É cómico (ou curioso?) constatar que enquanto as "bennes" das escavadoras revolvem às cegas o subsolo da Praça da Figueira (como touros numa loja de porcelanas), a autoridade cidadina se mostre tão preocupada com as árvores da Av. Fontes Pereira de Melo...

V. Cósias e Silva



Hospital Real de
Todos os Santos



Porto



Porto

Exmos. Senhores!

Sobre a Revista sou de opinião que constitui um valioso meio de informação não só sobre as técnicas tradicionais da Conservação e Restauro como também sobre os problemas de Urbanismo e Reabilitação levantando questões de grande actualidade e expondo com conhecimento as melhores opções a tomar na defesa da autenticidade ou criticando as que foram motivadas por economicismo ou impreparação dos responsáveis.

A análise feita pela Pedra&Cal aos edifícios sitos na Ribeira e cujo "restauro" foi contemplado com o "Prémio Recria" deverá ser prosseguida com o exame de outras intervenções efectuadas ou em curso nesta cidade Património Mundial onde o cosmopolitismo tem criado várias aberrações que, para além de desfigurarem irremediavelmente a traça original dos imóveis, provocaram cortes abruptos na leitura do ambiente urbano aos quais se acresceram clivagens sociais com a estratégia de planeamento municipal de reservar certas áreas da cidade para a habitação de grande luxo (muita dela ainda por ocupar) e "exportando" para a periferia as famílias de menores

recursos. O Porto oitocentista (e da primeira metade do séc. XX) de muitas ruas não compreendidas na zona classificada de Centro Histórico está a ser alvo do "deixar cair" ou de depredações contínuas perdendo-se exemplares valiosos e, o que é mais grave, a criar-se uma zona de "deserto cultural" em termos arquitectónicos rodeando uma área dita "protegida".

Se isto já não bastasse, temos agora o "Pacto para a Modernização do Parque Habitacional" como "solução" para o problema da degradação arquitectónica e do esvaziamento demográfico dos centros históricos. Ao se autorizar a demolição de prédios ditos "irrecuperáveis" opta-se por um facilitismo de consequências danosas em termos de salvaguarda do Património urbano construído com a destruição de edifícios há muitos anos votados à incúria e à especulação fundiária.

Pedindo-lhe desculpa pela extensão desta carta, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

Antero Leite
Porto

Traga um novo associado!

GECORPA: Pela Excelência na Conservação e na Reabilitação do Património Construído

A representatividade e a actuação do GECORPA assenta nos seus associados.

Não basta que sejamos bons, é preciso que sejamos muitos!

O GECORPA pretende agregar empresas de conservação, restauro e reabilitação do património construído. Não só da construção, mas também do projecto, consultoria, instalações especiais...

Associe-se ao GECORPA, ou, no caso de já pertencer ao nosso Grémio, traga um novo associado e contribua para o fortalecimento desta associação empresarial.

Contacte-nos!

Tel. 21 354 23 36

Fax 21 315 79 96

E-mail: info@gecorpa.pt



7

Assinatura Pedra&Cal e Encomenda de números atrasados



N.º 0 (esgotado)



N.º 1 (esgotado)



N.º 2 (750\$00)



N.º 3 (750\$00)



N.º 4 (900\$00)



N.º 5 (900\$00)

Envie este cupão ou cópia para:
Rua Pedro Nunes, n.º 27, 1.º Dt.º
1050-170 Lisboa
Queiram enviar-me, também, os seguintes
números pelo preço acima indicado,
acrescido de 150\$00 para portes, por
exemplar:



N.º 6

Assinatura de 4 números

**Pedra
& Cal**

Sim, desejo assinar a **Pedra&Cal** durante 1 ano pelo preço de 3 240\$00 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa) acrescido de 600\$00 para portes de envio.

Nome Telef. Fax
Profissão/Função Contr. n.º
Morada para envio
Localidade Código Postal
Junto cheque n.º no valor s/o Banco
à ordem do GECORPA
Data Assinatura

nos termos legais, ao signatário é garantido o acesso aos seus dados e respectiva rectificação

Arqueologia não

memória de lisboa

Um hospital quinhentista destruído por um terramoto, um mosteiro medieval submerso por um rio e uma antiga casa da alfândega do século XIV.

Três casos diferentes, recuperados pela arqueologia urbana. Três casos diferentes de preservação do património. O primeiro, as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, encontradas em plena Praça da Figueira, em Lisboa, não vão sobreviver ao negócio de um parque de estacionamento subterrâneo. Os outros, Igreja de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra e a Casa do Infante, no Porto, são hoje exemplos positivos do que pode ser feito em arqueologia urbana. Por: Rosa Amaral

Por baixo das cidades descansam outras mil cidades. A arqueologia urbana tem a chave desse passado feito de pedras e memórias. Uma missão difícil. É a velha luta entre o passado e o futuro, a História e o progresso, a memória e o vazio. Uma luta desigual e muitas vezes impotente. É o

carro, como se arrasa parte da história da cidade, para ali se guardarem veículos. Uma obra polémica e estranhamente rodeada do maior segredo.

"O maior problema deste tipo da arqueologia urbana é mexer com toda a estrutura de uma cidade", diz Ana Cristina Leite, directora do Museu da Cidade e responsável pelo Serviço de Arqueologia da Divisão da Câmara Municipal de Lisboa. "Não podemos mandar as pessoas embora nem deitar as suas casas abaixo".

Aliás, grande parte das intervenções dos arqueólogos deste serviço estão ligadas a situações de emergência. Sempre que se mexe no subsolo do centro histórico de Lisboa, seja para fazer condutas de gás, esgotos ou instalações eléctricas, os arqueólogos são chamados a intervir. Como está a acontecer neste momento na Praça da Figueira, com as escavações a decorrerem a contra-relógio enquanto não se iniciam as obras de construção do parque de estacionamento subterrâneo. Tal como já se tinha registado com as obras no Largo Camões, na Praça do Município ou no Martim Moniz. Mas enquanto no Largo Camões e na Praça do Município os arqueólogos puderam seguir as obras quase desde o seu início, a P&C soube que, no caso do Martim Moniz, quando a equipa de arqueólogos chegou ao local já mais de metade da área estava completamente destruída.

Com a Praça da Figueira, o caso é diferente.

Isto porque oficialmente nada se sabe. O resultado das escavações arqueológicas permanece no segredo dos deu-



Já foi possível recuperar parte da antiga calçada. Os Arqueólogos estão agora a centrar a sua atenção em algumas construções medievais encontradas por debaixo das fundações do Hospital.

caso das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, em plena Praça da Figueira, condenadas à destruição por um parque de estacionamento subterrâneo. Numa altura em que todas as cidades civilizadas do mundo afastam os automóveis dos seus centros históricos, em Lisboa não só se convidam as pessoas a irem para a zona histórica de

consegue salvar



A equipa de Arqueologia da Câmara de Lisboa luta contra o tempo, para encontrar o maior número possível de vestígios do antigo Hospital e recuperar parte da História de Lisboa.



Histórias de um hospital

Mandado erguer por D. João II e concluído no reinado de D. Manuel, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi considerado um dos melhores e mais importantes hospitais de toda a Europa. Construído numa antiga horta do Convento de S. Domingos, situada entre o Rossio, o Poço do Borratem e a rua da Betesga, o Hospital Real de Todos-os-Santos deve a sua fama não só ao seu tamanho, uma verdadeira fortaleza, como às regras sanitárias que ali vigoravam, uma novidade numa Europa ainda pouco sensibilizada para estas questões da higiene.

Mas quis o destino que o Hospital fosse perseguido pelo azar: atacado duas vezes por incêndios e muito danificado com o terramoto de 1755. Acabou por ser mandado demolido pelo Marquês de Pombal, aquando da reconstrução de Lisboa. Quinhentos anos depois, o que resta das suas ruínas vão ser destruídas em troca de um parque de estacionamento.

ses e fazer uma reportagem no interior do estaleiro revela-se uma tarefa inglória. Ainda recentemente o jornal "Público" publicou uma notícia denunciando a situação e revelando que esperava há mais de um mês autorização para falar com os arqueólogos de obra, deixando no ar a pergunta: "Porque é que na Câmara de Lisboa ninguém quer falar sobre este assunto?".

A P&C soube que, por debaixo da estrutura do antigo Hospital Real de Todos-os-Santos, foram já descobertos alguns vestígios de construções medievais, incluindo sepulturas, e que o espólio recolhido é de muito boa qualidade. Uma informação que, segundo fontes seguras, "nunca será posta a circular pois, apesar de não pôr em causa a construção do parque de estacionamento - um projecto que a Câmara de Lisboa pretende levar até ao fim - poderá atrasar as obras e um negócio excelente que a autarquia não quer perder".

Na sua conversa com a P&C, Ana Cristina Leite explicou que estas obras do parque de estacionamento da Praça da Figueira estão incluídas no nível 1 de intervenção do PDM, logo, com a obrigatoriedade de um acompanhamento por parte dos arqueólogos. O que foi feito desde o início, garante.

Aliás, todos os especialistas envolvidos neste projecto sabiam o que iria ser encontrado quando se iniciassem as escavações. Nos anos 60, com as primeiras obras do Metropolitano, começaram a aparecer os primeiros vestígios do Hospital Real de Todos-os-Santos. Primeiro, pequenos fragmentos de vasilhas, depois, pedaços de paredes, até que, finalmente, surgiram as ruínas do Hospital.

Historiadores e arqueólogos começaram a perceber a dimensão da descoberta e conseguiram convencer a Câmara de Lisboa e a administração do Metropolitano a suspenderem as obras até que uma equipa pudesse não só salvar alguns materiais como também estudar mais profundamente as ruínas do monumento.

Depois de negociações difíceis, chegou-se finalmente a um acordo que convinha às duas partes: ficou assente que os trabalhos de escavação seriam suspensos por um período de um mês. E que autarquia pagaria ao Metropolitano uma indemnização de sete mil contos.

Uma equipa começou então, nesta ocasião, a trabalhar no terreno. Dirigido por Irisalva Moita, Conservadora dos Museus Municipais e bolsista do antigo Instituto de Alta Cultura, este grupo de arqueólogos levou a cabo um trabalho pioneiro. Para muitos, o primeiro no âmbito da arqueologia urbana que se realizou em Portugal.

Foi um trabalho intenso. Os achados revelavam-se cada vez mais importantes e cada nova descoberta era divulgada pela Comunicação Social e levava até aos tapumes da Praça da Figueira muitos lisboetas interessados nas escavações. Quando finalmente se esgotou o prazo - que a equipa conseguiu protelar por mais alguns dias - ficou

10

Um ex-libris em Coimbra



Mas nem todos os trabalhos de arqueologia urbana são tratados como segredos de Estado. Em Coimbra, as escavações arqueológicas na Igreja de Santa Clara-a-Velha puseram a descoberto, em 1995, um claustro gótico e outros tesouros que duran-

te séculos estiveram submersos pelas águas do rio Mondego. Um achado logo divulgado pela Comunicação Social e que se tornou num motivo de orgulho para todos os cidadãos de Coimbra e deu à cidade um novo ex-libris.

Considerada pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, entidade responsável pelos trabalhos, "como uma das mais importantes revelações no quadro da arqueologia medieval", foi decidido dar prioridade máxima aos trabalhos e à divulgação regular dos seus resultados.

Neste caso, a polémica que existiu à sua volta foi apenas de carácter científico. Em determinada altura começaram a existir dúvidas sobre qual a melhor hipótese de conservação de tudo o que tinha sido posto a descoberto: deixar os achados submersos ou encontrar uma forma de retirar permanentemente a água do local, o que implicaria um investimento avultado. Com o apoio do Ministério da Cultura, optou-se por esta última solução.

Neste momento, está a decorrer um concurso público para a adjudicação de uma "ensecadeira", uma obra que permita manter em ambiente seco o mosteiro e as ruínas arqueológicas.

Casa do Infante - um caso especial



Um outro caso especial de arqueologia urbana foram os importantes trabalhos na Casa do Infante, na encosta ribeirinha do Porto. Um projecto de investigação promovido pela autarquia aquando das obras do Arquivo Histórico Municipal instalado naquele edifício, que a História diz ter sido a antiga casa da Alfândega, da Moeda e, possivelmente da Contadoria da Fazenda da cidade do Porto. E que o povo garante ser o local de nascimento do Infante D. Henrique.

Os trabalhos começaram em 1991 e prolongaram-se até 1994, ano das comemorações do sexto centenário do nascimento do Infante

D. Henrique que contaram com o apoio não só da Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses como, também, da Fundação Calouste Gulbenkian.

O espólio encontrado surpreendeu até os próprios arqueólogos. Cerâmicas de várias épocas e diferentes proveniências, selos de chumbo, moedas, objectos de vidro e até uma ponta em sílex da Idade do Bronze. Uma das descobertas mais surpreendentes foi a de um mosaico romano com desenhos muito parecidos com os encontrados em Conímbriga. As escavações puseram ainda a descoberto as estruturas do edifício, um achado fundamental que permitiu aos arqueólogos reconstituírem a arquitectura original do velho edifício e as alterações que foi tendo ao longo dos séculos. Estes trabalhos foram sendo acompanhados por visitas guiadas e exposições das peças que iam sendo encontradas. O facto de as escavações se limitarem a uma área restrita, facilitou o trabalho dos arqueólogos.

Todos os achados foram registados em plantas e os materiais amovíveis levados para um depósito municipal. O objectivo era o de, num futuro próximo, se puder reconstruir as ruínas em local apropriado, na área do Museu da cidade. Quando as obras do Metropolitano começaram, no mesmo local foi descoberto um cemitério da época romana, cujos trabalhos de salvamento também foram acompanhados pela equipa de arqueólogos, até a Câmara de Lisboa desistir do projecto ficando o achado à responsabilidade da antiga Junta de Educação Nacional.

Segundo Irisalva Moita escreve no catálogo da exposição do 500 anos do Hospital Real de Todos-os-Santos, a sua equipa nunca abandonou a esperança de continuar as escavações pela área da Praça da Figueira que não foi atingida pelas obras do Metropolitano, "para pôr a descoberto as ruínas de todo o Hospital ou, pelo menos de grande parte do mesmo - já que parte dessas ruínas estendem-se por baixo da Rua da Betesga, atingindo, possivelmente, o subsolo dos prédios que têm frontaria para essa rua - escavações que não foram consideradas oportunas, por dificuldades levantadas pelos serviços".

Quarenta anos depois, os arqueólogos puderam finalmente voltar ao local. Mas desta vez, ironicamente, para escavarem e estudarem pela última vez o que restou de um dos maiores e mais importantes tarde-medievais hospitais não só de Portugal, mas de toda a Europa.

Lado a lado com as máquinas, esta equipa de arqueólogos luta contra o tempo, divididos entre as descobertas fantásticas que todos os dias vão fazendo e o seu "patrão", a Câmara de Lisboa, que, dentro de semanas, vai promover a destruição de todos esses vestígios e autorizar a construção do parque de estacionamento.

Sem nunca pôr em causa a competência técnica destes arqueólogos, lança-se a questão sobre a independência técnico-científica destes profissionais cujo dono da obra é simultaneamente o seu patrão, uma vez que são funcionários da Câmara de Lisboa. E uma pergunta fica no ar: porque é que neste tipo de obras, em que autarquia é uma das partes interessadas, não seria melhor contratar equipas de arqueólogos independentes, dirigidas talvez pelo Instituto Português de Arqueologia?

Cinco anos após o Governo ter decidido suspender uma barragem para salvar as gravuras rupestres de Foz Côa, uma decisão histórica que mudou para sempre a importância da arqueologia em Portugal, ainda muito está por fazer na área da protecção e salvaguarda do nosso património. As escavações na Praça da Figueira são a prova disso.

Um hospital quinhentista destruído por um terramoto, um mosteiro medieval submerso por um rio e uma antiga casa da alfândega do século XIV. Três casos diferentes, recuperados pelas mãos dos arqueólogos. Pedacos das velhas cidades que vivem por debaixo das nossas. E que resistem a tudo. Até às catástrofes mais terríveis e ao correr dos séculos. A tudo, menos aos interesses exclusivamente económicos dos homens.



escavado e estudado apenas uma parte do que teria sido o Hospital Real de Todos-os-Santos.

De qualquer forma, os arqueólogos conseguiram pôr então a descoberto não só as ruínas da ermida de Nossa Senhora do Amparo, como também, as enfermarias dos entravados e incuráveis, um claustro, grande parte das

ruínas do piso térreo para, além de um conjunto de compartimentos não identificáveis. Foram ainda descobertos as bases de três pilares da arcada do Hospital, no seu assento primitivo e em sequência. Um segmento destes arcos ainda hoje pode ser visto no interior uma loja de roupa de crianças, no Rossio.

Recorte de parte da notícia, na qual se denuncia a dificuldade em falar com os arqueólogos da obra.



Resenha

Histórica

da praça Luís de Camões

Por: Mulize Ferreira

O espaço actualmente ocupado pela Praça de Luís de Camões encontra-se no contacto entre a Herdade de Santa Catarina (a Norte) e a Herdade da Boavista (a Sul) que pertenciam ao físico-astrólogo da corte nos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, Guedelha Palaçano.

As duas herdades encontravam-se divididas pela estrada de Santos, que, saindo da Porta de Santa Catarina, deveria seguir o actual alinhamento das ruas do Loreto, Calhariz e da Calçada do Combro.

A Porta de Santa Catarina, construída entre 1373 e 1375, constituía uma entrada Ocidental na cerca fernandina, ou seja, na cidade da Baixa Idade Média. Esta porta em forma de torre quadrangular encontrava-se localizada no lado Este do actual largo do Chiado.

Assim, na Baixa Idade Média, a Praça Luís de Camões encontrava-se em frente de uma das saídas de Lisboa e junto a uma das vias de abastecimento da cidade. Há notícias deste espaço ter sido um terreiro onde se faziam exercícios de cavalaria.

Estas propriedades são aforadas em 1487 a Filipe Gonçalves, estribeiro de D. Manuel I, pela viúva de Guedelha Palaçano. O domínio das propriedades é vendido pela mesma senhora, em 1498, a Luís Atouguia, e em 1513, o filho deste, Lopo de Atouguia, permite aos aforadores, Bartolomeu de Andrade e Francisca de Cordovil, filha de Filipe Gonçalves, o sub aforamento das herdades em talhões.

É nesta altura que se dá a primeira urbanização deste espaço, que se inicia junto ao Tejo e vai subindo ao longo da Rua do Alecrim. Estes moradores serão de origem plebeia e ligados às actividades marítimas ou de construção naval.

Esta caracterização social e profissional da então chamada Vila Nova do Andrade é confirmada pela escolha, em 1518, da ermida de Santo António, pelos italianos de Lisboa (forçosamente dedicados ao comércio marítimo), para sua paróquia. Trata-se da actual Igreja do Loreto.

Quando, em 1553, a Companhia de Jesus escolhe a Ermida de S. Roque (fundada em 1509) para sua casa professa em Lisboa, provoca a alteração do perfil sócio-profissional desta zona, ao atrair as classes privilegiadas, nobreza e alta burguesia, da sociedade lisboeta. Assim se inicia a construção dos palácios que ainda hoje ocupam a área em questão surgindo o topónimo Bairro Alto de S. Roque.

Uma série de plantas e gravuras, datadas entre 1572 e 1872, permitem-nos constatar a evolução do espaço actualmente designado por Praça Luís de Camões.

Na "Perspectiva" de G. Braunio (Castelo-Branco, 1994: 219), datada de 1572, a praça era ocupada por um quarteirão, orientado no sentido Norte-Sul, de casas construídas à volta de pátios, rodeado pelas ruas do Alecrim (a Este), do Loreto (a Norte) e das Flores (a Oeste), que nesta altura desembocaria na Rua do Loreto. Este tipo de organização dos edifícios será identificável com o primeiro grupo sócio-profissional a ocupar este espaço?

A planta de Tinoco (Silva, 1950: Planta 1), datada de 1650, apresenta uma profunda alteração daquele espaço. Este encontra-se ocupado por um quarteirão, de forma mais ou menos trapezoidal, orientado no sentido Este-Oeste, e rodeado pelas ruas do Alecrim, do Loreto, da Horta Seca (a Sul) e a Travessa dos Gatos (a Este). Em 78 anos a Rua das Flores foi separada da Rua do Loreto, pela Rua da Horta Seca, que comunicava com a do Loreto através da Travessa dos Gatos. Este quarteirão deve corresponder ao Palácio do Loreto, casa do Conde de Cantanhede, Marquês de Marialva.



**Perspectiva de Lisboa
de G. Braunio, 1572**

Este palácio "(...) tinha a fachada sobre a confluência das Ruas Largas de S. Roque (actual Rua da Misericórdia) e Alecrim, olhando para as Portas de Santa Catarina, um portal nobre, e três varandas rasgadas no primeiro andar, além de três frestas e uma trapeira. Os cunhais eram sólidos, três vezes brasonados, o da esquina para a Rua Direita do Loreto. Na fachada sobre esta rua havia também janelas de sacada em extensão maior do que na frente. Os prédios anexos, que pertenciam ao palácio, eram modestos (...)" (Araújo, 1992: 20).

O palácio terá sido gravemente afectado pelo terramoto de 1755, e a sua reconstrução é prevista em duas plantas com o projecto de recuperação de Lisboa (Silva, 1950: Plantas 2 e 4), datadas respectivamente de 1755 e do 3º quartel do séc. XVIII. Numa planta geral de Lisboa de 1785 (Silva, 1950: Planta 5) apresenta ainda a mesma forma.

Entretanto, a estrutura do Palácio do Loreto transformase. No Mapa da Cidade de Lisboa de 1812, a área anteriormente ocupada pelo palácio apresenta dois edifícios. Um edifício com três corpos, em forma de U, virado para o Tejo, a Este, e outro de forma trapezoidal, com quatro corpos à volta de um pátio, a Oeste, que será o edifício onde actualmente se encontra a Estação dos Correios. Corresponderá

esta divisão à alienação do Palácio do Loreto pelos Marqueses de Marialva? Note-se que nesta altura já não existia a Porta de Santa Catarina, demolida entre 1705 e 1707, para onde estava voltada a antiga fachada do palácio.

No séc. XIX, devido à sua degradação física e social, chamava-se ao sítio "casebres do Loreto". Esta denominação deve referir-se somente ao edifício a Este, que entre 1859 e 1867 foi demolido e o chão terraplanado, criando-se assim a actual praça onde é erigido, entre 1962 e 1967, o monumento a Luís Vaz de Camões, de quem a praça recebe o nome.

Como é que esta história se poderia reflectir nos vestígios arqueológicos que se encontravam no subsolo da Praça Luís de Camões? Em ordem cronologicamente inversa, a mesma que se utiliza na remoção dos contextos antrópicos numa intervenção arqueológica, esperaria que ali se conservassem os seguintes vestígios:

1867-1997: A actual Praça Luís de Camões, que durante estes 130 anos se terá mantido mais ou menos na mesma, exceptuando, talvez, trabalhos de conservação ou substituição dos pavimentos. Trabalhos esses que terão deixado vestígios no subsolo.

1859-1867: Demolição e terraplanagem dos "casebres"



Planta de Lisboa
de J. N. Tinoco. 1650

do Loreto¹: construção da estátua de Camões. Apesar de, para nivelar o solo, se ter sobretudo entulhado este espaço, é possível que durante esta fase de construção se tenha destruído, por exemplo, com a abertura de valas, vestígios mais antigos.

1 metade do séc. XIX: Utilização dos "casebres do Loreto" por gente das classes mais baixas da sociedade lisboeta.

1785-1812: A área anteriormente ocupada pelo Palácio do Loreto é dividida em dois edifícios com pátios. Fase de reconstrução, que terá implicado distúrbios em vestígios anteriores, a que se seguiu a consequente utilização do espaço.

1755: Terramoto de Lisboa que terá destruído parcialmente o palácio do Loreto e o edifício que ocupava o actual largo do Quintela. Terá sido nesta altura que os Marqueses de Marialva abandonaram o seu palácio?

1650-1755: Uso do palácio do Loreto pelos Marqueses de Marialva e seus dependentes. É de esperar que, num período de pelo menos 105 anos, o palácio tenha sofrido obras de remodelação e restauro.

1572-1650: Entre estas duas datas o Palácio do Loreto foi construído e ocupado pela Casa de Marialva. A construção implicou a destruição e/ou remodelação do quarteirão que aí existia, além de distúrbios em vestígios arqueológicos anteriores.

1513-1572: Urbanização e habitação dos espaços actualmente ocupados pela Praça de Camões. Aparecem a Rua das Flores e a Rua do Alecrim, que da estrada de Santos, descem para o Tejo. A estrada de Santos, torna-se Rua do Loreto, com a construção da Igreja de N^o Sr^a do Loreto. Esta fase de construções terá provocado distúrbios em depósitos anteriores.

Baixa Idade Média: O espaço que compreende actualmente a Praça Luís de Camões e o Largo de Quintela pertence a duas Herdades, dedicadas à actividade agrícola, muito

provavelmente para consumo da cidade. Encontrando-se junto à Porta de Santa Catarina, uma das saídas da cidade, e no eixo de uma das suas vias de acesso, a estrada de Santos, a área seria bastante frequentada. Não será de estranhar que por isso se venham a encontrar estruturas de habitação rural e/ou equipamento de transformação agrícola.

Esta expectativa, que a informação historiográfica provocou sobre os vestígios arqueológicos, justifica a necessidade da intervenção já realizada, para recuperar um outro tipo de informação, que nos pode esclarecer sobre o modo de vida dos habitantes de Lisboa, de várias classes sociais, nos últimos quinhentos anos. E face aos vestígios identificados, levanta-se a questão de saber com que legitimidade se ordenou a destruição de um património, antes que todos verificar julgar o seu valor através da publicação dos resultados da escavação.

Bibliografia

- ARAÚJO, N. (1992), *Peregrinações em Lisboa*, vol. 5. Lisboa: Vega. 2 Ed.
- CASTELO-BRANCO, F. (1994) "Lisboa maneirista. A renovação urbana. O Bairro Alto.", in *O Livro de Lisboa*. Coord. de I. Moita. Lisboa: Livros Horizonte, 219-26.
- SAA, M. (1929), *Origens do Bairro Alto em Lisboa*. Lisboa: Centro Tip. Colonial.
- SILVA, A. V (1950), *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: C. M.
- VIDAL, A. (1994), *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna. Elementos Históricos da sua Evolução*. Lisboa: Vega. 2 ed.

¹ Arqueóloga da empresa Era - Arqueologia, Lda, responsável pelas intervenções em arqueologia urbana desta empresa, licenciada em História/variente Arqueologia pela Faculdade de Letras de Lisboa e matriculada no curso de Pré - História e Arqueologia da mesma instituição

MÉRTOLA A arqueologia

Uma entrevista com Cláudio Torres

Cláudio Torres foi para Mértola reescrever a História. Trocou as salas da Universidade pelo campo e pelas escavações. E retirou das profundezas da terra, as memórias do Islão. Um trabalho pioneiro que hoje todos aplaudem. Mas que nem sempre foi assim. Para Cláudio Torres valeu a pena. O que se sabe hoje sobre a civilização islâmica em terras alentejanas tornou a História muito mais rica e complexa. E os seus ensinamentos podem ajudar-nos a viver melhor. Esta é, aliás, a lição da arqueologia urbana. Por: Rosa Amaral

Como é que um professor universitário vai parar a Mértola?

Foi um daqueles acasos da vida. Um dos meus alunos do Curso de História, Manuel Martins, era o então Presidente da Câmara de Mértola. E um dia convidou o Borges Coelho e eu próprio para visitarmos a sua linda terra.

E foi amor à primeira vista?

Foi, claro. Nessa primeira visita a Mértola, na Primavera de 78, o Manuel Martins levou-nos ao Castelo e encontrámos logo ali, no chão, à vista de todos, uma série de pedaços de cerâmica de época islâmica, quando só existiam alguns fragmentos no Museu do Louvre. Foi isso que me motivou. Logo nessa visita ficou combinado que voltaria no Verão para fazer uma prospecção e uma análise mais profunda.

E a realidade ultrapassou as suas expectativas?

Nós tínhamos uma ideia vaga que o Islão, na Península Ibérica, estava em Córdova, em Sevilha, em Granada e que em Portugal não existia nada. Até então não existia nenhuma informação. Era um desejo latente, já antigo, dos tempos da Faculdade, o descobrir mais sobre esta civilização.

Quando cheguei aqui, depois do 25 de Abril, fiquei sempre a pendular entre dois campos: a sociologia da arte e a arqueologia medieval. E de certa forma, este contacto com Mértola fez-me optar por um dos lados. E foi fácil, quase imediato, encontrar ali uma civilização desconhecida. José Luís de Matos já tinha começado a trabalhar a arqueologia islâmica em Vila Moura, uns anos antes. Já havia a informação de que existiam materiais dessa época. E, juntamente com ele e com Borges Coelho fizemos uma espécie de programa arqueológico para Mértola.

Foram apenas apoiados pela Câmara de Mértola ou contaram com mais apoios?

Fomos inteiramente apoiados pela autarquia, o que é nor-

mal. Era uma oportunidade única, nunca tinha havido nada em Mértola. Existiam ruínas por todo o lado, fragmentos arquitectónicos pelas ruas, havia um parque arqueológico excepcional e nunca tinha existido nenhum tipo de trabalho sistemático, desde o velho Estácio da Veiga, no século passado.

Claro que a Câmara agarra esta oportunidade e dá-nos todo o apoio logístico possível pois, obviamente, não podia dar-nos nenhum apoio de tipo financeiro. Imediatamente começo a organizar os trabalhos para o ano seguinte, a arranjar equipas de voluntários e foi assim que as coisas começaram. A Câmara disponibilizou-nos alojamentos, onde montámos camaratas. E éramos nós que fazíamos a nossa própria comida, tudo com gastos mínimos, pois o dinheiro era muito pouco.

Mas foi um princípio interessante. Por um lado, começou-se a criar uma estrutura de equipa, que foi muito importante pois muitas destas pessoas ainda hoje estão ligadas a Mértola. E, por outro lado, era uma equipa que começou a ter uma certa coerência política. O projecto não era só científico e arqueológico, mas também tinha a ver com uma intervenção no local. E isso foi muito claro desde o início.

Sempre com o apoio da população local?

Desde sempre tivemos a noção de que neste tipo de trabalho arqueológico não pode apenas haver a publicação de dados científicos em revistas da especialidade sem justificar localmente o que se anda a fazer.

Assim, logo no ano seguinte, fizemos uma exposição onde mostrámos, através de painéis e uma exposição didáctica, o que é que andávamos a fazer.

A área de museologia também esteve presente desde o início. Ou seja, escavar, fazer a publicação científica e, paralelamente tentar criar, organizar e sistematizar um discurso

urbana ensina-nos a viver melhor



pedagógico local. Isto permitiu logo no terceiro ano, em 1980, termos já uma forte estrutura de inter-ajuda e interesse local. E mesmo de uma certa solidariedade e compreensão por parte da população local que começou a entender que talvez esta coisa da arqueologia fosse uma alternativa interessante para a região.

Este tipo de escavações é feita dentro do próprio povoado. A compreensão da população local em relação aos trabalhos arqueológicos foi essencial?

Claro. O mundo medieval não é como a arqueologia pré-histórica e clássica que habitualmente são levadas a cabo em zonas isoladas. Ali, era trabalhar no seio da própria comunidade. Portanto, tinha de haver uma integração muito forte e um respeito pelas pessoas, pelo seus hábitos de vida, pelos seus horários.

"O mundo medieval não é como a arqueologia pré-histórica e clássica que habitualmente são levadas a cabo em zonas isoladas. Em Mértola, trabalhamos no seio da própria comunidade. Portanto, tinha de haver uma integração muito forte e um respeito pelas pessoas, pelo seus hábitos de vida, pelos seus horários".

Em Mértola, Cláudio Torres estuda a Arqueologia Islâmica e descobre uma civilização desaparecida

Hoje já não é possível fazer um planeamento, uma gestão do território, sem pensar seriamente no facto arqueológico dentro da sua totalidade, seja um monumento, um sítio ou até um local que ainda não esteja escavado.

Em que é que a arqueologia medieval difere da pré-histórica ou da clássica?

Para já, não pode ser uma arqueologia de fim-de-semana, tem que ser a tempo inteiro. Na arqueologia pré-histórica podemos ter uma informação bastante fiável numa sondagem. O que procuramos são sociedades ainda relativamente pobres, do ponto de vista humano. Encontramos quatro ou cinco calhaus, uns restos de uma lareira, encontramos uma estratigrafia rigorosa e podemos perfeitamente localizar com rigor o tipo, a época e a própria estrutura da sociedade. Existe também uma arqueologia muito característica dentro da vila romana. Não há duas iguais, mas são muito parecidas, consegue-se retirar de uma sondagem o tipo de estrutura da vila que encontramos. Na arqueologia medieval, isso é impossível. Temos que abrir em área, e isso são trabalhos ciclóticos. Primeiro é uma casa, depois duas, depois são dezenas de casas.

Neste caso já não é suficiente uma sondagem?

Pois não. Imagine que numa escavação encontramos um muro. E é um muro de quê? Pode ser uma cozinha, de um salão de dormir, pode ser de muitas partes da estrutura de uma casa. Mais ainda: temos a certeza que o muro pertence a uma casa. Mas que casa? A estrutura urbana é muito complexa e não há duas casas iguais, como é óbvio.

No caso de Mértola, por razões históricas e devido ao abandono de certas zonas do interior que não tiveram o desenvolvimento urbano dos tempos modernos, tivemos e ainda temos campo aberto. Podemos abrir em área e perceber a estrutura completa. Já temos uma dúzia de casas, todas diferentes e começamos a encontrar tipologias e a ter uma informação mais rigorosa sobre aquela sociedade.

É impossível por isso fazer arqueologia deste género apenas ao fim-de-semana. A opção que tive de fazer, foi a de cortar com o mundo universitário e dedicar-me inteiramente à arqueologia no próprio local.

Fiquei a ser uma espécie de técnico da Câmara de Mértola e depois comecei a organizar a equipa. Logo em 85, que foi quando me fixei, um grupo importante optou também por ficar.

Como é que a comunidade académica e científica reagiu ao que se estava a passar em Mértola. No fundo, com o seu trabalho, estava a reescrever a História. Foi complicado aceitarem estas novas descobertas?

Foi e é normal. Nós também estávamos todos a aprender.



Havia algumas informações já retiradas pelo José Luís Matos, algumas tipografias mas ainda muito insipientes. Portanto, este período foi fundamental para começarmos não só a aprender novas metodologias como, principalmente, fazer o reconhecimento das estratigrafias, a aprender a catalogar todo o material encontrado.

Claro que por um lado havia um certo cepticismo e, por outro, dificuldades metodológicas. Tivemos ainda problemas com a publicação dos trabalhos. Levámos muito tempo a publicar, não só pelas dificuldades que existiam em relação ao nosso trabalho mas, principalmente, pelas dúvidas que tínhamos.

É um dos problemas dos trabalhos pioneiros...

É. Tínhamos muito poucas certezas. Aliás, o que é curioso neste tipo de trabalhos, é que as dúvidas mantêm-se sempre. À medida que se vão resolvendo umas, vão surgindo outras. Nós hoje temos francamente muito mais dúvidas do que tínhamos no início, embora aquelas que na altura mais nos preocupassem, hoje, já tenham desaparecido.

Neste momento conhecemos bastante bem os materiais, sabemos datar com uma certa segurança extractos arqueológicos, mas continuamos a saber muito pouco sobre a estrutura da própria sociedade. Trata-se de população autóctone? É população de fora? Invasores norte-africanos, berberes? Sabemos que a vila, a estrutura urbana, são casas ligadas ao mundo mediterrâneo, mas o mundo rural já não, tem uma tipologia muito diferente.

Agora esse mundo urbano tem continuidade? Está ligado ao mundo tardo-romano? São todas dúvidas que não podíamos responder.

A partir de quando é que começaram a ter outro tipos de apoios sem ser apenas os da Câmara de Mértola?

Foi sempre um apoio exclusivamente local. Apenas em 86 conseguimos um primeiro apoio organizado da JNICT - através do Mariano Gago, que percebeu na altura a importância deste trabalho dentro da investigação em Ciências Humanas. Desde aí concorremos a mais financiamentos por parte da JNICT com projectos específicos. Mas são apoios esporádicos, sempre com uma certa dose de insegurança e instabilidade.



Depois de um longo período de desertificação, Mértola volta a renascer graças à Arqueologia

A arqueologia, hoje, está a ensinar-nos outra vez o que perdemos em aspectos importantíssimos de gestão do espaço, da água e da terra.

Foz Côa veio dar uma nova visibilidade à arqueologia pré-histórica. O que é que a arqueologia medieval ganhou com isso?

Foz Côa foi muito importante e ainda está a sê-lo para a arqueologia portuguesa. Concretamente, no caso de Mértola, não trouxe nenhum reflexo directo. Mas em relação à arqueologia em geral, sim. Foz Côa veio introduzir um elemento novo na arqueologia: um vale inteiro. Um conjunto em que entra, pela primeira vez, um outro conceito que agora está a ter um reconhecimento mundial, que é a paisagem cultural.

Hoje já não é possível fazer um planeamento, uma gestão do território, sem pensar seriamente no facto arqueológico dentro da sua totalidade, seja um monumento, um sítio ou até um local que ainda não esteia escavado.

O caso de Mértola é uma receita de sucesso. Acha que esta receita pode ser aplicada noutras regiões do país, ou cada caso é um caso?

Não só pode ser aplicada, como está a ser aplicada. Não é uma panaceia, é mais uma postura; se quiser, um alerta das próprias autoridades locais, como as câmaras, as associações, que estão hoje perfeitamente motivadas para actuar em pleno desta forma. É curioso, mas isto também é uma forma de intervenção sobre o interior.

Há hoje uma procura das raízes, não é só uma procura das raízes históricas e arqueológicas, mas um processo muito profundo e civilizacional que pretende alterar uma evolução errada prosseguida já há muitos anos. O homem concentrou-se desde o século XIX nas megalópolis, destruindo e abandonando as origens, principalmente as origens alimentares - os dramas das vacas loucas, das galinhas com

toxinas tem a ver profundamente com este esvaziamento da própria lógica do exemplo alimentar deste interior rural. Não é por isso um regresso. É uma reconquista do espaço perdido. E este espaço é hoje visto na sua totalidade, não só com os seus elementos agregadores culturais, que é o caso da arqueologia, como principalmente da dimensão total desse mesmo espaço, seja a terra, a água, o ar, seja, principalmente, o ambiente e a sua natureza. Esta tentativa de biodiversidade, em que o homem está inserido no seu passado tem a ver com uma nova gestão deste mundo.

A Arqueologia Urbana pode ensinar-nos a viver melhor?

De certa forma sim. Em Mértola temos uma equipa que se está a dedicar cada vez mais ao estudo da alimentação e estamos a encontrar testemunhos não só de como se cultivavam várias espécies, mas também de como é que essas espécies eram comidas.

Este contacto do homem com o meio dá-nos a certeza de que estes elementos estranhos do nosso quotidiano, como o fast-food americano, estão a modificar completamente o nosso corpo, a destruir o invólucro da própria cultura e qualidade de vida.

Estes mecanismos estão profundamente ligados entre si e a arqueologia hoje está a ensinar-nos outra vez o que perdemos em aspectos importantíssimos de gestão do espaço, da água e da terra. Temos de salvar o que resta ainda de sabedoria, como por exemplo a forma de trabalhar a terra: uma sabedoria de milénios de experiência.

Como por exemplo as técnicas de construção. Estamos a assistir a um revivalismo da construção em taipa, uma técnica com milénios.

É verdade. Estas técnicas de construção, em taipa, com terra, estão a ser recuperadas em zonas urbanas, em zonas cultas, digamos assim. É a velha história. Tudo aquilo que o homem foi construindo e que parecia ser uma panaceia, esquecendo o ensinamento de milénios de civilização, hoje, começa a verificar-se como tendo sido um erro. O recuperar deste tipo de técnicas, como o da construção em taipa, pode ser fundamental para a nossa própria sobrevivência. E isso é uma lição da arqueologia urbana.

carta de Lausanne

Carta para a Protecção do Património Arqueológico

(1990)

É unanimemente reconhecido que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas assume uma importância fundamental para toda a humanidade, permitindo-lhe reconhecer as suas raízes culturais e sociais.

O património arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as actividades humanas do passado. A sua protecção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras.

A protecção deste património não pode basear-se exclusivamente nas técnicas da arqueologia. Exige uma base de conhecimentos e de competências profissionais e científicas mais alargada. Alguns elementos do património arqueológico fazem parte de estruturas arquitectónicas, devendo nesse caso ser protegidos com respeito pelos critérios relativos ao património arquitectónico enunciados em 1964, na Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro dos monumentos e sítios. Outros elementos fazem parte das tradições vivas das populações autóctones, cuja participação se torna essencial para a sua protecção e conservação.

Por estas e outras razões, a protecção do património arqueológico deve assentar numa colaboração efectiva entre especialistas de diversas disciplinas. Exige ainda a cooperação dos serviços públicos, dos investigadores, das empresas privadas e do grande público. Em consequência, esta carta enuncia os princípios aplicáveis em diversos sectores da gestão do património arqueológico. Inclui as obrigações dos poderes públicos e legislativos, as regras profissionais aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, ao processo de documentação, investigação, manutenção, conservação, reconstituição, informação, apresentação, colocação à disposição do público e afectação do património arqueológico, assim como a definição das qualificações do pessoal encarregue da sua protecção.

Esta carta foi motivada pelo sucesso da Carta de Veneza como documento normativo e como fonte de inspiração no domínio das políticas e das práticas governamentais, científicas e profissionais. Deve enunciar princípios fundamentais e recomendações de âmbito global. É por essa

razão que não pode ter em conta as dificuldades e virtualidades específicas das regiões ou dos países. Para responder a essas necessidades, a carta deverá ser complementada no plano regional e nacional por princípios e regras suplementares.

Artigo 1 Definição e introdução

O "património arqueológico" é parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados.

Artigo 2. Políticas de "conservação integrada"

O património arqueológico é uma riqueza cultural frágil e não renovável. A agricultura e os planos de ocupação dos solos resultantes de programas de ordenamento devem, por consequência, ser regulamentados por forma a reduzir aos mínimos a destruição desse património. As políticas de protecção do património arqueológico devem ser sistematicamente integradas nas políticas de agricultura, ocupação dos solos e planificação, e ainda nas da cultura, do ambiente e da educação. As políticas de protecção do património arqueológico devem ser analisadas regularmente, a fim de se manterem actualizadas. A criação de redes arqueológicas deve fazer parte dessas políticas.

As políticas de protecção do património arqueológico devem ser tidas em conta pelos planificadores à escala nacional, regional e local.

A participação activa da população deve ser integrada nas políticas de conservação do património arqueológico.

ção e Gestão ueológico

Esta participação é essencial sempre que o património de uma população autóctone esteja em causa. A participação deve basear-se no acesso aos conhecimentos, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante da "conservação integrada".

Artigo 3. Legislação e economia

A protecção do património arqueológico deve ser considerada uma obrigação moral de cada ser humano. Mas é também uma responsabilidade pública colectiva. Esta responsabilidade deve traduzir-se pela adopção de uma legislação adequada e pela garantia de fundos suficientes para financiar, eficazmente, os problemas de conservação do património arqueológico.

O património arqueológico é um bem comum da sociedade humana. Portanto, é um dever de todos os países disponibilizar os fundos adequados para a sua protecção.

A legislação deve garantir a conservação do património arqueológico em função das necessidades da história e das tradições de cada país e de cada região, dando especial relevo à conservação "in situ" e aos imperativos da investigação.

A legislação deve assentar na ideia de que o património arqueológico é uma herança de toda a humanidade e de grupos humanos; e não de pessoas individuais e ou de nações em particular.

A legislação deve impedir qualquer destruição, degradação ou alteração através da modificação de qualquer monumento, sítio arqueológico ou da sua envolvente, sem que exista acordo dos serviços arqueológicos competentes.

A legislação deve exigir, como princípio, uma investigação prévia e o estabelecimento de uma documentação arqueológica completa nos casos em que uma destruição do património arqueológico possa ter sido autorizada.

A legislação deve exigir uma manutenção correcta e uma gestão e conservação satisfatórias do património arqueológico, garantindo os meios necessários.





Vistígios arqueológicos
em Mértola

Às infracções à legislação do património arqueológico devem corresponder adequadas sanções legais.

Nos casos em que a legislação estenda a sua protecção apenas ao património classificado ou inscrito num inventário oficial, devem ser tomadas disposições de protecção temporária dos monumentos e sítios não-protegidos ou recentemente descobertos, até que seja feita uma avaliação arqueológica.

Um dos maiores riscos físicos do património arqueológico resulta dos programas de valorização. A obrigatoriedade de serem promovidos estudos de impacto arqueológico, antes da definição desses programas, deve estar contemplada em legislação própria, estipulando que o custo desses estudos deve ser incluído no orçamento do projecto. O princípio segundo o qual todo o programa de valorização deve ser concebido de modo a reduzir ao míni-

mo as repercussões sobre o património arqueológico, deve ser igualmente estabelecido por lei.

Artigo 4. Inventários

A protecção do património arqueológico deve basear-se no conhecimento tão completo quanto possível da sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais do potencial arqueológico são, portanto, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de protecção do património arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na protecção e gestão do património arqueológico.

Da mesma forma, os inventários constituem uma base de dados susceptível de fornecer informações de base para o estudo e investigação científica. O estabelecimento dos inven-

tários deve ser considerado um processo dinâmico permanente. Em consequência os inventários devem integrar informação a diversos níveis de precisão e de fiabilidade, porquanto esses conhecimentos, mesmo superficiais podem constituir um ponto de partida para medidas de protecção.

Artigo 5. Pesquisas arqueológicas

Em arqueologia, o conhecimento é largamente tributário da intervenção científica no local. A intervenção no local compreende todos os métodos de investigação, desde a exploração não-destrutiva à escavação integral, passando pelas sondagens pontuais ou pela recolha de amostras.

Deve assumir-se como princípio fundamental que toda a recolha de informações sobre o património arqueológico deve destruir o mínimo possível de testemunhos arqueológicos para alcançar os objectivos, conservativos ou científicos, da campanha. Os métodos de intervenção não-destrutivos - observações aéreas, observações no terreno, observações subaquáticas, recolha de amostras, levantamentos prévios e sondagens - devem ser encorajados em todos os casos como preferíveis à escavação integral.

A escavação implica sempre uma selecção dos achados que serão registados e conservados, em detrimento de outras informações e, eventualmente, da destruição total do monumento ou do sítio arqueológico. A decisão de proceder a uma escavação só deve ser tomada depois de uma adequada ponderação.

As escavações devem ser preferencialmente realizadas nos sítios ou nos monumentos condenados à destruição, em consequência de programas de valorização que modifiquem a ocupação ou a afectação dos solos, de actos de vandalismo ou da degradação provocada por agentes naturais.

Em casos excepcionais, os sítios que não estejam ameaçados poderão ser escavados, quer em função das

prioridades de investigação, que para fins de abertura ao público. Nestes casos, a escavação deve ser precedida de uma avaliação científica das potencialidades do sítio. A escavação deve ser parcial e reservar um sector virgem para posteriores trabalhos de investigação.

Quando ocorrem escavações, deve colocar-se à disposição da comunidade científica um relatório bem elaborado, o qual deve ser anexado ao inventário apropriado num intervalo de tempo razoável após a conclusão dos trabalhos.

As escavações devem ser executadas em conformidade com os princípios da UNESCO (recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar nas escavações arqueológicas, 1956), assim como as normas profissionais, internacionais e nacionais.

Artigo 6. Manutenção e conservação

O objectivo fundamental da conservação do património arqueológico deverá ser a manutenção "in situ" dos monumentos e sítios, compreendendo a sua conservação a longo prazo e o cuidado dispensado aos respectivos arquivos, colecções, etc. Qualquer translação viola o princípio segundo o qual o património deve ser conservado no seu contexto original, este princípio acentua a necessidade de operações de manutenção, de conservação e de gestão adequadas. Desse facto decorre que o património arqueológico não deve estar sujeito aos riscos e às consequências da escavação, nem abandonado após a escavação se não estiver previamente garantido um financiamento que permita a sua manutenção e conservação.

O empenhamento e a participação da população local devem ser encorajados como forma de promover a manutenção do património arqueológico. Este princípio é

CAL PARA CONTRUÇÃO:

- ESTABILIZAÇÃO DE SOLOS
- REBOSOS INTERIORES E EXTERIORES
- ASSENTAMENTO DE ALVENARIAS
- RESTAURO DE CONSTRUÇÕES

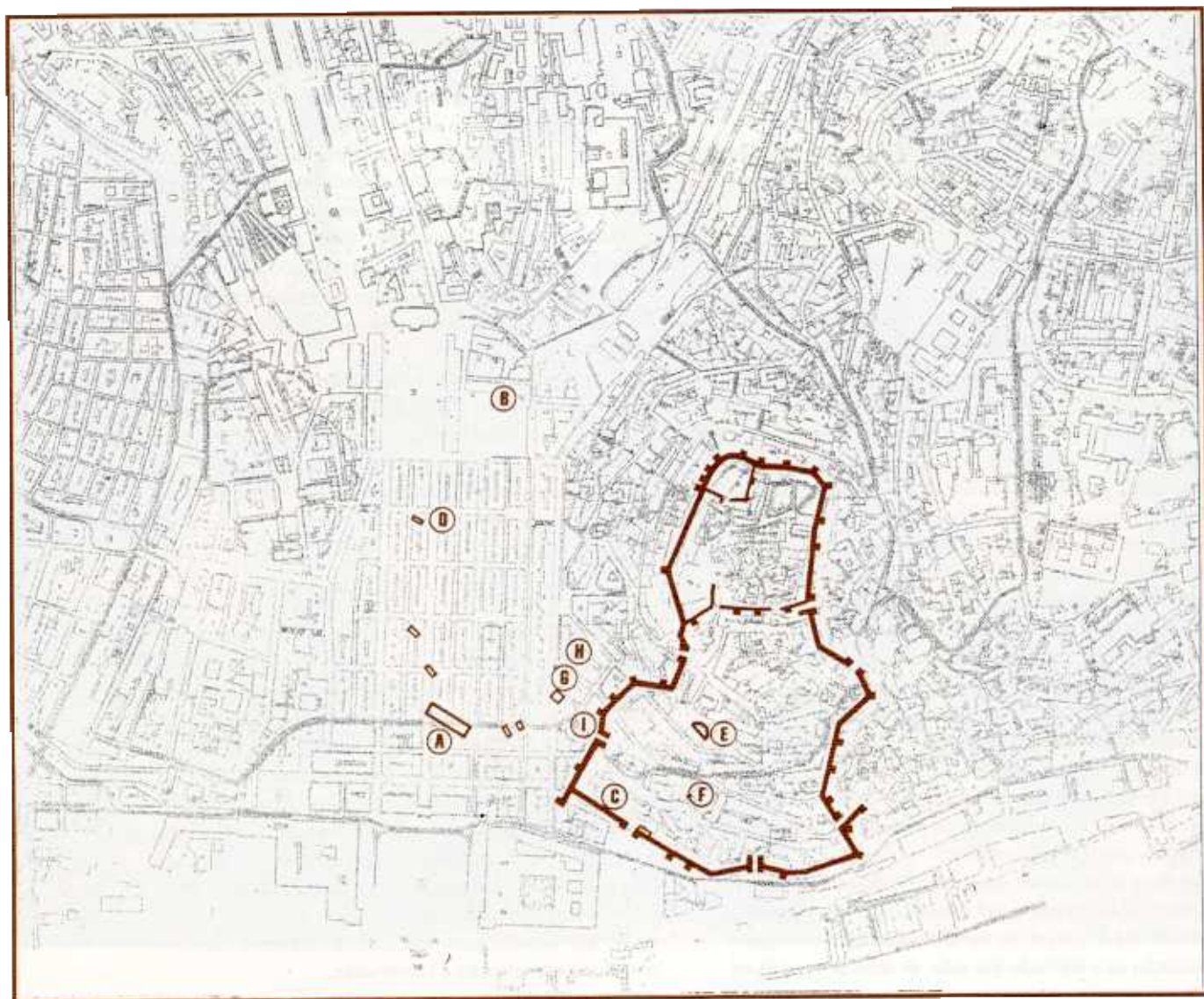
CAL HIDRATADA ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO:

- RESTAURO DE EDIFÍCIOS ANTIGOS

*Utilize Cal nas argamassas
Você irá agradecer*



Indústrias de Cal, S.A.
EXTRACÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS
INDÚSTRIA DE CAL VIVA E HIDRATADA



Distribuição dos vestígios Romanos em Lisboa
Planta de Jorge Alarcão
in *Lisboa Subterrânea*

especialmente importante se se trata de património arqueológico de uma população autóctone ou de comunidades locais. Em certos casos, pode ser aconselhável confiar-lhes a responsabilidade da protecção e da gestão dos monumentos e sítios.

Dado que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados, a manutenção activa só poderá efectuar-se de um modo selectivo. Deverá portanto ser efectuada uma avaliação científica do significado e do carácter representativo do conjunto dos monumentos e sítios arqueológicos, e não apenas dos monumentos mais notáveis e espectaculares.

As principais recomendações da UNESCO de 1956 devem aplicar-se à manutenção e à conservação do património arqueológico.

Artigo 7. Apresentação, informação, reconstituição

A apresentação do património arqueológico ao grande público é um meio essencial para promover o acesso aos conhecimentos das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Simultaneamente, é o meio mais importante para a consciencialização da necessidade de protecção desse património.

A apresentação ao grande público deve constituir uma exposição facilmente compreensível do estado dos conhecimentos científicos; por conseguinte, deve ser submetida a revisões frequentes. Deve ter em conta as múltiplas possibilidades que permitam a compreensão do passado.

As reconstituições podem desempenhar duas funções importantes: investigação experimental e interpretação. Devem, no entanto ser objecto de grandes precauções, a fim de não perturbarem os vestígios arqueológicos subsistentes e ainda ter em conta todo o tipo de testemunhos de modo a atingirem a maior autenticidade possível. As reconstituições não devem ser executadas sobre os próprios vestígios arqueológicos e devem ser identificáveis como tal.

Artigo 8. Qualificações profissionais

Para assegurar a gestão do património arqueológico, é essencial dominar diversas disciplinas com um elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nas respectivas áreas especializadas deve, por consequência, constituir um objectivo importante na política educacional de cada país. A necessidade de formar especialistas em matérias altamente especializadas exige, por seu lado, a cooperação internacional. Deverão ser elaboradas e mantidas normas de formação e de ética profissional.

A formação arqueológica universitária deve ter em conta nos seus programas as alterações ocorridas nas políticas de conservação, segundo as quais é preferível a preservação "in situ" da escavação. Deveria igualmente ter em atenção o facto do estudo da história das populações locais ser tão importante como o dos monumentos e sítios de prestígio para a conservação e compreensão do património arqueológico.

A protecção do património arqueológico é um processo dinâmico permanente. Portanto, devem ser concedidas todas as facilidades aos profissionais que trabalham neste domínio, por forma a assegurar a sua actualização. Devem ser implementados programas e formação pós-graduada especializados nas áreas de protecção e gestão do património arqueológico.

Artigo 9. Cooperação internacional

O património arqueológico é uma herança comum de toda a humanidade. A cooperação internacional é por isso essencial para enunciar e fazer respeitar os critérios de gestão desse património.

Verifica-se a necessidade premente da existência de circuitos internacionais que permitam o intercâmbio de informações e a partilha de experiências entre os profissionais encarregues da gestão do património arqueológico. Isso

implica a organização de conferências, seminários, grupos de trabalho, etc. tanto à escala mundial como à escala regional, assim como a criação de centros regionais de formação pós-graduada. O ICOMOS deveria, através dos seus grupos especializados, ter em conta esta situação nos seus projectos a longo e médio prazo. De igual forma, deveriam prosseguir os programas internacionais de intercâmbio de pessoal administrativo e científico, de modo a aumentar o nível de competências neste domínio.

Sob os auspícios do ICOMOS deverão ser desenvolvidos programas de assistência técnica na área do património arqueológico. ➡





Arqueologia Urbana

condicionalismos e perspectivas

Por: Clementino Amaro

La Arqueologia Urbana entre nós começou a afirmar-se na década de setenta, com o início do primeiro projecto sistemático posto em prática em Braga a partir de 1976 - O Salvamento e Estudo de Bracara Augusta. Outros se lhe seguiram já na década de oitenta, como Lisboa e Porto e mesmo Mértola que passa a revestir esta vertente.

Embora actualmente já seja prática corrente o registo sistemático dos valores arqueológicos em meio urbano, todavia, são ainda escassos os projectos coerentes e de estudo sistemático do subsolo das cidades vivas. A maioria das intervenções arqueológicas realizadas têm revestido muitas vezes o carácter de acções de emergência, de acompanhamento e acções preventivas. Veja-se o exemplo do Museu da Cidade de Lisboa. Das vinte e quatro intervenções ultimamente realizadas em Lisboa e descritas no número 8 da Revista Almadan (1), 52% representa intervenções de emergência, 13% as acções de acompanhamento, 25% as acções preventivas e apenas 8% reveste o carácter de escavação monográfica.

Muitas destas intervenções arqueológicas aconteceram maioritariamente no decurso da renovação de infra-estruturas urbanas (rede de esgotos, gás, electricidade, água, rede de alta tensão), outras, na fase prévia à renovação e reabilitação de imóveis e, ultimamente, em intervenções arqueológicas de grande escala, resultantes da instalação de uma rede de parques de estacionamento no interior do perímetro da Cerca Fernandina ou junto aos seus limites.

Nos últimos anos assiste-se a uma prática emergente de lançamento de obras de grande impacto no subsolo dos centros históricos, onde a vertente arqueológica, a par de outros impactos, é já equacionada durante a fase de desenvolvimento do projecto, sendo previstos os meios humanos, logísticos e financeiros para a sua concretização. São exemplos recentes a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, (Fig.1), a instalação do Metropolitano no Porto, em curso, e a reabilitação do bairro do Castelo de S. Jorge, em Lisboa.

Ainda acontecem situações de realização de obras em zonas

históricas sem o necessário acompanhamento arqueológico, sejam obras de saneamento básico, renovação do edificado ou mesmo a instalação da rede de gás natural, como lamentavelmente aconteceu nos primeiros meses do corrente ano em plena Baixa Pombalina de Lisboa, tendo sido os trabalhos suspensos, por decisão do IPPAR, até ao momento da regularização do processo de acompanhamento arqueológico, por empresa especializada.

Parte destas intervenções dissonantes resultam, em grande medida, da ausência de um quadro legal claro e preciso e, também em resultado desse vazio legal, da existência de uma certa descoordenação, ainda não totalmente ultrapassada, entre autarquias, promotores e as entidades que tutelam a Arqueologia, quanto a competências, metodologia e áreas de actuação, timings e prazos.

Mas numa tentativa de serem minimizados os efeitos atrás referidos, constitui já uma realidade assistir-se a reuniões de trabalho entre os vários interventores e as entidades que gerem a Arqueologia para, caso a caso, se procurarem soluções que viabilizem a intervenção arqueológica, simultaneamente com a realização de frentes de obra, e a aplicação simultânea de medidas de segurança. Mas nem sempre, nesta fase, se atinge um consenso ou se encontra a metodologia mais eficaz, decorrendo daí períodos de paragem, desgaste humano e de meios, custos inflacionados, com reais prejuízos para os promotores, construtores civis, arqueólogos, entidades licenciadoras e fiscalizadoras e, necessariamente, no registo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos.

O instrumento base de que dispomos é apenas a Lei 13/85 sobre o Património Cultural Português, cujo item sobre subsolo urbano nunca foi objecto de regulamentação, como previsto no n.º 2 do artigo 40.

A propósito de falta de instrumentos legais que minimizem o impacto negativo sobre o subsolo das actuais cidades portuguesas, algumas fundadas ao longo do primeiro milénio a.C. como os casos de Olisipo (Lisboa), Salacia (Alcácer do sal), Scallabis (Santarém) ou Tavira (esta de comprovação arqueológica recente), Francisco Sande Lemos, num recente artigo publicado no nº 8 da revista Almadan (2), com um pessimismo, diríamos, saudável, põe em realce a falta do necessário empe-



roço da spina do hipódromo omano, no interior do poço e ventilação do Rossio, Metropolitano de Lisboa.

nho e de especial cuidado por parte das entidades da tutela, no estabelecimento de uma política coerente e firme da Arqueologia Urbana a nível nacional. Para além do poder central, aquele investigador chama ainda a atenção para a responsabilidade que, directa ou indirectamente cabe a várias entidades, como Ordens profissionais, Universidades, Associações, políticos autárquicos, juristas e arqueólogos.

Apesar da legitimidade destas críticas, no entanto, algumas respostas positivas, como o próprio reconhece, estão a ser dadas com a imposição sistemática de condicionantes em relação aos centros históricos por parte não só da Direcção Regional do Norte do IPPAR, como noutras direcções regionais.

Nesta matéria de competências sobre a gestão do património construído e arqueológico dos Centros Históricos onde se encontram, por norma, o maior número de monumentos classificados ou existe a condicionante arqueológica prevista no Plano Director Municipal (como é o caso do município de Lisboa) a lei orgânica do IPPAR de Maio de 1997, em articulação com o Instituto Português de Arqueologia (IPA), criado nesse momento, acabam, em parte, por dar cobertura a áreas específicas dos centros urbanos.

Surgem contudo situações paradoxais do sistema vigente, pois é comum acontecer a situação de no mesmo centro histórico, um prédio a reabilitar, estar condicionado por intervenção arqueológica prévia, já que está sobre vestígios da cidade, por hipótese, romana e o prédio ao lado, que até se encontra sobre a mesma estrutura romana, como se localiza fora da serventia administrativa de um qualquer monumento classificado na zona, já não se encontra sujeito ao mesmo procedimento legal.

Daí fazer todo o sentido repensar este modelo de classificação de monumentos nos centros históricos. Torna-se, entretanto, imperioso, a nosso ver, uma prática generalizada e constante, por parte das direcções regionais do IPPAR e autarquias, na imposição sistemática de condicionantes nos referidos centros, e, num segundo momento, desenvolverem-se mecanismos tendentes à delimitação e classificação dos já citados centros históricos, onde sejam aplicados níveis de intervenção arqueológica gradativos, de acordo com a importância, histórica e características da área urbana (3).

Retomando o tema da competência legal sobre a gestão das áreas clas-



Vista do jardim no Quarteirão dos Lagares, à Mouraria.

As nossas obras são o nosso maior património










CONSTRUTORA VILA FRANCA
Fundada em 1957

Novas Localidades

Estrada Nacional 10 m 137,52 - 2695 Santa Iria de Azóia - Tel. 219 533 230 - Fax 219 533 230



Vestígios do urbanismo romano e muçulmano no claustro da Sé de Lisboa

sificadas, é talvez oportuno recordar agora uma passagem da lei orgânica do IPPAR sobre esta matéria e dos pontos de contacto entre aquele Instituto e o IPA. Assim, logo no preâmbulo de apresentação da lei, se esclarece que "o IPPAR mantém, no entanto, as competências administrativas e devida tramitação relativa à classificação, desclassificação, estabelecimento de áreas de protecção e respectiva salvaguarda de imóveis arqueológicos, em colaboração estreita com o IPA.

No desenvolvimento deste quadro legal, remete-se para as Direcções Regionais do IPPAR, no Artigo 25, a incumbência de "estudar, propor e tomar providências destinadas à prospecção, salvaguarda e valorização arqueológica de imóveis, monumentos, conjuntos e sítios, em articulação e colaboração com o Instituto Português de Arqueologia."

Assim sendo, é inquestionável que são da estrita responsabilidade do IPPAR a gestão das áreas classificadas, ou em vias de classificação, e respectivas servidões administrativas, (zonas de protecção, zonas especiais de protecção e zonas non aedificandi), incluindo os sítios arqueológicos classificados, exercendo sobre os mesmos parecer vinculativo, e que ao IPA compete, através do Artigo 3, "autorizar, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização de trabalhos arqueológicos, em articulação com as demais entidades com competência na matéria".

Do atrás exposto, o arqueólogo que venha solicitar uma intervenção arqueológica em monumentos, sítios ou conjuntos classificados ou em vias de classificação, deverá apresentar em anexo ao pedido de trabalhos arqueológicos a remeter ao IPA, o prévio parecer favorável do IPPAR.

2. Por mais clara e precisa que seja a legislação sobre estas matérias, não é suficiente regulamentar. A par disso, ou na sua sequência, os institutos que tutelam o património cultural devem dar particular atenção à promoção

de acções de formação para sensibilização do público em geral, mas particularmente vocacionadas para um vasto leque de actores que directa ou indirectamente têm a ver com a gestão do subsolo das cidades. Aliás esta matéria está contemplada nas atribuições do IPA e do IPPAR, com acções já concretizadas noutras áreas.

Apesar de estarmos ainda longe de se impor como prioridade a gestão e o estudo científico dos grandes centros urbanos, decorrem já algumas acções, reunindo diferentes parceiros e intervenientes responsáveis por áreas a reabilitar, para proceder-se a um estudo prévio do espaço em análise, durante a fase de projecto. Poderá ser este um dos caminhos possíveis para o registo sistemático e estudo dos vestígios fragmentados, bem como a salvaguarda e valorização de estruturas com real valor histórico, patrimonial, estético e, simultaneamente, de viável "leitura", integração e manutenção.

Em alguns Gabinetes Locais, como o da Mouraria, durante a fase de estudo prévio ou na fase de consolidação de edifícios que apresentem elevado estado de degradação, procede-se a sondagens arqueológicas e acompanhamento de picagem de paredes.

Dando dois exemplos recentes, procedeu-se a sondagens arqueológicas no Quarteirão dos Lagares, à Mouraria, em 1999, vasto coniueto a reabilitar e que apresenta uma área de

quintal degradada e entulhada. Das três sondagens efectuadas resultou a identificação, até ao momento, de um jardim, de origem quinhentista, sobreposto a níveis anteriores, com duas fontes, tanque, restos de calçada e de canalizações, espaço este entulhado na sequência do Terramoto de 1755.

Esta intervenção foi suficiente para que fosse repensado o estudo prévio a desenvolver para o local pelo Gabinete da Mouraria.

Já nos primeiros meses do corrente ano procedeu-se a uma pequena sondagem num vestígio em taipa, supostamente da Cerca Fernandina, junto à rua da Mouraria, onde está em curso uma vasta frente de renovação e de reabilitação urbanas, em condições particularmente difíceis, atendendo ao estado de pré-ruína de alguns edifícios.

Esta acção foi acompanhada por técnicos da DGEMN, IPPAR, IPA, Museu da Cidade, para além do próprio Gabinete da Mouraria, que, após análise dos resultados da sondagem arqueológica e da observação "in loco" do vestígio, foram unânimes na solução encontrada para a viabilização da obra em causa, com a manutenção da memória de um vestígio associável às Portas da Mouraria, de raiz Medieval.

A valorização de sítios arqueológicos em meio urbano e a sua divulgação é provavelmente uma das últimas tarefas a apostar para se desenvolver, junto da população, um espírito crítico, de fascínio e de identificação com a história da sua cidade, através dos vestígios insuspeitados do subsolo urbano.

É, em certa medida, dentro desta linha de pensamento que em Lisboa - situação que melhor conhecemos e na qual participamos -, se tem desenvolvido um conjunto de acções e de percursos de visita a sítios arqueológicos que contribuem para o conhecimento da Lisboa Romana. Neste projecto inclui-se o Teatro Romano, o Claustro da Sé de Lisboa, o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (Fundação BCP), a Casa dos Bicos, prédio no Largo da Madalena (inscrições) e o criptopórtico da rua da Prata (conhecido por Termas Augustais).

Este Itinerário Cultural da Lisboa Romana, a história da Casa dos Bicos e o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios estão já disponíveis na Internet.

O referido Núcleo Arqueológico constitui o primeiro sítio arqueológico musealizado em plena Baixa Pombalina e desenvolve desde a sua inauguração em 1995, um papel particularmente importante na divulgação da história da antiga zona ribeirinha e da cidade, junto de escolas, associações, público em geral, e na própria formação de quadros do BCP, através de um programa de visitas guiadas. (Fig. 4).

Harmonizar a reabilitação e o desenvolvimento das cidades, em simultâneo com o estudo, preservação e divulgação do seu património histórico, poderá ser uma mais valia para o bem estar da sua população. ➡

Notas

- (1) Vários autores. "Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade de Lisboa", *Revista Almadan*, II Série, N.º, Outubro de 1999.
- (2) Lemos, Francisco Sande. "Arqueologia Urbana, O Estado da Nação no fim do século XX", *Revista Almadan*, II Série, N.º, Outubro de 1999.
- (3) Podem-se constituir diversos núcleos históricos para além do núcleo consolidado antigo, como no caso de Lisboa, onde foram levantados 65 núcleos históricos.



Sala de exposição do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios (Fundação BCP).

CAA-Recuperar

a história perdida

Por: Rosa Amaral

Tudo começou por uma ideia. Um grupo de estudantes decididos a provar a riqueza arqueológica de Almada e a contrariar a ideia feita de que nada de importante tinha acontecido naquele local ao longo dos séculos, juntou esforços e abriu caminhos. Hoje, 18 anos depois, o Centro de Arqueologia de Almada não só ajudou a recuperar parte da história perdida de Portugal como se tornou uma das associações mais respeitadas do país.

"Foi mais que persistência, foi mesmo teimosia", garante Francisco Silva, dirigente do Centro de Arqueologia de Almada. Longe vão os tempos em que Francisco Silva integrava o grupo de estudantes que levou a cabo as escavações arqueológicas na Quinta dos Rouxinóis e no Porto dos Cacos, em Alcochete. Um trabalho pioneiro na margem esquerda do Tejo e que surpreendeu muita gente. As peças encontradas foram expostas e conseguiu-se provar que o projecto era grande demais para parar por aí.

Hoje, o Centro de Arqueologia de Almada tem cerca de 500 sócios e, segundo Francisco Silva, "está imparável. Paralelamente à actividade científica - prospecção e escavação arqueológica, conservação e restauro do espólio encontrado ou apoio a projectos de investigação - o Centro de Arqueologia de Almada diversifica a sua actividade por outras áreas como a divulgação, seja através de exposições, como de sessões públicas ou visitas de estudo.

Mas uma das coroas de glória desta associação é, sem dúvida, a revista "Al-madan", uma publicação científica que conquistou o respeito de toda a comunidade.


É com indisfarçável orgulho que Francisco Silva mostra o último número, datado de Outubro do ano passado, em que colaboraram entre outros, nomes como Jorge Alarcão, Mila Abreu, Galopim de Carvalho, Luís Raposo, Vanda Santos ou Adília Alarcão. Os temas tratados neste número passam por um grande dossier sobre a actividade arqueológica em Portugal ao longo do século XX, artigos que focam temas ligados às áreas da Paleontologia, Arqueometria, e Arqueologia, bem como páginas de opinião,

nomeadamente sobre as condições de exercício da actividade arqueológica em meio urbano e a mediatização do célebre caso da criança de Lapedo.

"O primeiro número da "Al-madan" foi publicado em 1982 e a revista saiu até 85. Depois houve uma interrupção e só foi possível recuperar o projecto em 1992", conta Francisco Silva. Desde essa altura a "Al-madan" tem conquistado o seu espaço e, hoje, "os seus artigos são estudados e analisados nas universidades".

Este contacto com as gerações mais jovens é aliás um outro projecto muito acarinhado pelo Centro de Arqueologia de Almada. "É preciso sensibilizar os jovens para a defesa do património", defende Francisco Silva. Daí a importância das visitas das escolas primárias a Almada Velha, um projecto que esta associação tem levado a cabo com a colaboração da Câmara Municipal de Almada.

Mas não é só o património que preocupa o Centro de Arqueologia de Almada. A protecção e defesa do ambiente também fazem parte das suas actividades. "Está tudo ligado, por isso, quando estamos a trabalhar no terreno, temos de ter equipas multi-disciplinares". É por exemplo o que está acontecer com dois projectos que têm entre mãos. O inventário do núcleo histórico do Seixal e o da zona do Pragal. "O património não são só castelos e grandes monumentos: é também a memória da vida das comunidades". Razão pela qual, o registo sistemático de todos os edifícios, monumentais ou não, é fundamental para permitir o conhecimento da história desses locais.

Neste momento, o Centro de Arqueologia de Almada está num ponto sem retorno. "Para continuarmos a funcionar e a crescer temos que avançar para a nova sede". Esta é aliás a grande aposta de futuro desta associação. A Câmara de Almada já ofereceu um terreno, na Cova de Piedade, e disponibilizou uma verba de 15 mil contos. O projecto foi oferecido por um dos sócios. "Já não falta tudo", diz optimista Francisco Silva. Os custos totais deste projecto oscilam os 100 mil contos. Mas Francisco Silva acredita no apoio de várias instituições e de mecenas. "O trabalho do Centro de Arqueologia de Almada fala por si. Temos obra feita e um nome construído". E uma persistência sem fim. 





Sites sobre qualificação profissional e património arquitectónico

Por: Nuno Gil¹

O SAPO, "www.sapo.pt", é um conhecido motor de pesquisa de páginas com conteúdos em Português. Decidi experimentar a sua utilidade para fazer pesquisa sobre páginas on-line relacionadas com a palavra "património". O SAPO encontrou no total 247 resultados. Os resultados foram diversos incluindo o site de uma conferência sobre património, o da associação e defesa do património histórico das Caldas da Rainha, o site sobre o inventário do património açoreano, o do património da cidade de Évora, o da revista Monumentos (extremamente lento por sinal), etc.

A qualidade dos conteúdos encontrados foi também variável. Alguns dos sites conduziram a páginas não operacionais, outros a páginas demasiado lentas (até a sua totalidade aparecer no monitor), outros contendo informação desactualizada (como, por exemplo, uma página anunciando a I

Bienal de Património e Paisagem em Sintra a realizar em 1997). Em contrapartida, o conteúdo de alguns dos sites encontrados foi de boa qualidade em termos da informação comunicada ao navegador e da forma como a informação se encontra articulada, como sejam os casos dos sites de algumas empresas especializadas na área da reabilitação ou um site relativo ao património das Caldas da Rainha. Este último oferece um passeio virtual (definido como um conjunto de fotos ilustrando diferentes pontos de vista da cidade), um dicionário da história das Caldas da Rainha, uma bibliografia sobre a história da cidade, etc.

De uma forma geral, o SAPO mostrou-se um instrumento útil para ajudar o utilizador interessado em informação sobre o património português na Internet. No entanto, o

SAPO, ao posicionar-se como um instrumento de procura genérica, transfere para o utilizador o ónus deste ter de dispendir muito tempo por páginas on-line irrelevantes até encontrar informação de qualidade, particularmente se os objectivos que guiam a procura são vagos, como foram os meus ao colocar a palavra "património". Por outro lado, haverá também circunstâncias em que tal exposição possa ser

útil, como será hipoteticamente o caso de um emigrante luso em terras estrangeiras procurando curar saudades de Portugal, ou de um estudante do ensino secundário à procura de um tema para um trabalho sobre património, etc.

A Lista do Património Mundial é hoje uma instância largamente divulgada. A lista engloba ao presente 630 elementos, dos quais 480 são de carácter cultural, 128 de carácter natural, e os restantes 22 mistos. A lista afirma-se como um instrumento de divulgação e reflexão sobre a diversidade cultural e natural do património mundial; o site do organismo da Unesco responsável pela lista pode ser encontrado em "http://www.unesco.org/whc/nwhc/pages/doc/mainf3.htm". Este é um site de carácter marcadamente informativo e cumpre a sua função com qualidade exemplar. Neste site, o navegador encontra o rol dos monumentos protegidos, os critérios de candidatura de novos monumentos, o texto da convenção, os formulários para a candidatura, etc. O navegador encontra também informação relevante sobre a assistência internacional para o ano 2000, os tipos de assistência que a organização oferece (preparatória, cooperação técnica, treino, assistência para educação, informação e promoção, e assistência de emergência), as regras sobre o processo de nomeação, os relatórios de progresso dos trabalhos para a salvaguarda do património ameaçado, etc. Encontrei ainda o orçamento financeiro da instituição, e as regras de participação em programas de assistência de emergência.

De natureza mais interactiva com o navegador, o site oferece uma livreria on-line especializada em património, um kit on-line para ajudar a sensibilizar os mais jovens sobre o património, oportunidade para inscrição numa newsletter, e uma mailing list para receber notícias electrónicas sobre o património mundial. Para pertencer à mailing list basta o navegador enviar um email para o endereço majordomo@world.std.com, com o conteúdo "subscribe whnews".

Por fim, vai uma nota negativa para o capítulo de oportunidades de emprego neste organismo. Após algum tempo dispendido a navegar no site, encontrei informação relativa a duas vagas a concurso para empregos na área da cultura, e uma vaga para director do Centro de Cultura da Unesco em Paris, a preencher até 31 de Março de 2000. O processo foi, no entanto, algo demorado e pouco transparente, e as oportunidades ao nível de empregos e estágios para estudantes no organismo são aparentemente limitadas.

¹ Engenheiro Civil. Encontra-se presentemente a frequentar o programa de doutoramento em Engenharia da Construção e Gestão, na Universidade de Berkeley, Califórnia. É Mestre em Conservação de Património Edificado, pela Universidade de Leuven, Bélgica



Abade de Baçal

O mister de recordar o passado

Por: Marisa Costa¹

Francisco Manuel Alves nasceu em Baçal, no concelho de Bragança, em 1865, onde, depois de ser ordenado presbítero, desempenharia o cargo de reitor da igreja local, de 1896 até ao ano da sua morte, em 1947.

Em virtude da sua função sacerdotal e na sequência da popularidade granjeada ainda em vida, tanto no meio cultural da região como no meio intelectual nacional, desde cedo ficaria conhecido como o Abade de Baçal. E embora o epíteto remetesse para as suas responsabilidades eclesiásticas, alicerçadas na sua educação e formação, as razões de tal designação prender-se-iam essencialmente com todo um conjunto de actividades complementares ao seu ofício, inerentes ao contexto mental em que estava inserido.

Com efeito, em qualquer enciclopédia portuguesa o erudito transmontano aparece referido prioritariamente não como Reitor de Baçal, mas sobretudo como arqueólogo e historiador, reflectindo as tendências culturais da época. Em 1925 foi nomeado Director-Conservador do então Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e Numismáticas de Bragança, que dez anos mais tarde seria denominado, por deliberação governamental, Museu do Abade de Baçal, pelas importantes iniciativas por ele promovidas, das quais se destaca a constituição da colecção arqueológica dos períodos do Neolítico, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro.

Perfeitamente integrado nas manifestações e nos movimentos coetâneos, privando com Leite de Vasconcelos, José de Figueiredo e Vergílio Correia, e identificando-se com a acção de homens como Martins Sarmiento, o Abade de Baçal pertence ao grupo de pioneiros no estudo e na prática da Arqueologia em Portugal. Plenamente consciente do seu contributo, amiúde reconhecido pelos seus contemporâneos, afirmaria ter levado uma vida de "desquizes por



archivos publicos e particulares, revolvendo entulhos, pedras e cacos por montes e vales, registando os vestígios das civilizações extintas onde quer que delles tivemos noticia", conforme se pode ler no tomo IV daquela que seria a sua principal obra, as Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança (11 tomos, 1909-1948). Elevado a Sócio de Honra da Associação dos Arqueólogos Portugueses, foi ainda membro do Instituto de Coimbra, da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Etnológico da Beira e do Instituto Histórico do Minho, entre outros organismos. ➡

¹ Licenciada em História/variante História da Arte (Faculdade de Letras de Lisboa). Técnica de Apoio Científico da Galeria de Pintura do Rei D. Luís / TPAAR

Obras

em Faro e Tomar

Quinagre no Convento de Cristo em Tomar

A empresa Quinagre - Estudos e Construções, Lda encontra-se a executar trabalhos de Conservação e Beneficiação Diversa no âmbito de uma empreitada promovida pelo IPPAR para as "Coberturas e Espaços Exteriores do Convento de Cristo em Tomar", com Projecto e Fiscalização a cargo da empresa Imocliente - Gestão e Projectos, Lda.

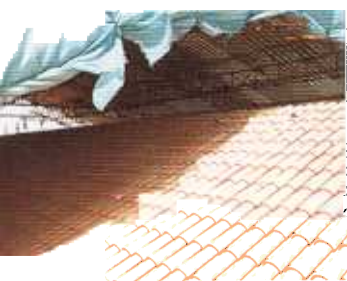
Destes trabalhos tem sem dúvida especial destaque a intervenção que está a ser levada a cabo nas coberturas da Hospedaria e Sala dos Reis, a qual se encontra presentemente em fase final de realização.

O revestimento destas coberturas constou de um trabalho corrente em reabilitações deste tipo, constituído pela tradicional execução de um forro em madeira seguido de isolamento térmico, sub-telha e ripado e terminando com um telhado em telha canudo do tipo capa e canal.

Já não se poderá no entanto considerar que tenha sido um trabalho corrente toda a intervenção realizada na estrutura de madeira da cobertura, onde a particularidade desta obrigou à execução de uma obra singular.

Para este trabalho, dado o avançado estado de degradação em que se encontrava a generalidade das peças de madeira, houve necessidade de optar pela substituição integral destas.

Foi aqui que residiu a singularidade do trabalho executado pois apesar da geometria bastante irregular do edifício a cobrir, conseguiu-se reproduzir fielmente o esquema estrutural anterior sem no entanto interferir com os tectos em caixotão subjacentes, cujas pinturas e restantes elementos foram entretanto restaurados por iniciativa do IPPAR.



Quinagre, Convento de Cristo

A Empresa Ocre procede à conservação e restauro do tecto da Sala dos Reis no Convento de Tomar

O trabalho de conservação e restauro que se encontra em curso actualmente incide sobre a conservação e restauro da pintura em têmpera e do respectivo suporte de madeira que constitui o conjunto do tecto da Sala dos Reis no Convento de Tomar.

Proposta de tratamento apresentada:

1. Protecção da policromia;
2. Fixação inicial da policromia e montagem de estrutura de escoramento de modo a poder iniciar-se o tratamento de suporte;
3. Tratamento de suporte:
 - 3.1 Aspiração de poeiras acumuladas pelo reverso;
 - 3.2 Remoção do forro pelo reverso;
 - 3.3 Aspiração de toda a superfície do suporte e limpeza do mesmo;
 - 3.4 Consolidação das madeiras do suporte com aplicação de resina acrílica (paraloid B 72) a diversas percentagens, de 5% a 12%, com secagem entre as aplicações e as vezes necessárias à sua consolidação;
 - 3.5 Remoção e / ou tratamento de todos os elementos metálicos oxidados;
 - 3.6 Estabilização da estrutura com aplicação de parafusos inoxidáveis;
 - 3.7 Desmontagem de roda tecto da parede sul para tratamento das madeiras, conforme acima descrito e posterior montagem, com fixação através de parafusos de aço inoxidável;
4. Fixação final da policromia;
5. Remoção do facing e do excesso de adesivo que não pode permanecer sobre a camada cromática;
6. Limpeza da camada cromática;
7. Preenchimento de lacunas da camada cromática (a combinar com o dono de obra);
8. Reintegração da têmpera da superfície cromática: no caderno de encargos recomenda-se a "integração cromática de harmonização", de modo a devolver leitura harmónica ao conjunto: No entanto, muito da superfície pictórica perdeu-se de modo irremediável, não sendo possível a sua reprodução, propondo-se a sua reintegração a neutro. Nos locais onde existia vestígios de reintegração propomos uma reintegração de meio tom mais claro, distinto do original, mas integrado no conjunto global.
9. Protecção da policromia através da aplicação de fina película de verniz protector, resina Dammar, aplicada em spray;
10. Os tirantes metálicos devem ser limpos, de modo a retirar a oxidação actual e devidamente protegidos de modo a impossibilitar nova oxidação.

Ocre. Convento de Tomar



A mesma deverá ser controlada através do controlo do meio ambiente.


O trabalho teve início a 20 de Janeiro de 2000.

EDICON intervém na Igreja de São Vicente de Fora

A fundação do Mosteiro de São Vicente de Fora data de 1147, durante o reinado de D. Afonso Henriques (c.1110 - 1185), cumprindo um voto dirigido ao Mártir São Vicente pelo sucesso da conquista de Lisboa aos mouros. Embora alvo de diversos melhoramentos na primeira metade do séc. XVI, a degradação do edifício levou o rei Filipe II de Espanha e I de Portugal (1527 - 1598) a reformar totalmente a Igreja e o Mosteiro. A Igreja foi declarada monumento nacional em 1910 e o Mosteiro em 1944, destacando-se os magníficos painéis de azulejos que decoram o interior deste edifício bem como os 38 painéis de azulejos sobre as Fábulas de La Fontaine que decoravam as paredes interpostas nos arcos dos claustros.



Actualmente o zimbório está a ser intervencionado, procedendo-se ao restauro da estrutura de madeira e das telas policromáticas que apresentavam patologias tais como fungos, rasgões e sujidades.

Estas patologias sofrerão as seguintes intervenções: execução de um suporte inerte para fixação das telas; eliminação dos fungos; cozimento dos rasgões; eliminação de sujidades; restauro da pintura policromática e, fixação das telas ao suporte inerte criado. 

Edicon. São Vicente de Fora



Novas soluções de ancoragem de

Primeiro caso de aplicação em Portugal de ancoragens de aço inox envolvidas em mangas tecidas para confinamento das caldas de injeção.

As construções antigas de alvenaria apresentam muitas vezes problemas de fendilhamento interno, desligamento entre paredes perpendiculares, deformações excessivas e movimentos relativos de pedras em arcos e abóbodas.

Estas patologias podem ter origem em fenómenos diversos, tais como:

- Deficiente execução e/ou concepção iniciais, com falta de travamento entre elementos estruturais e/ou utilização de materiais não adequados.
- Assentamento de fundações, com consequentes movimentos diferenciais, quer verticais, quer horizontais.
- Infiltrações de água pelas coberturas e devidas a fugas nas canalizações entretanto introduzidas, com consequente perda de pasta ligante.
- Alterações introduzidas incompatíveis com a capacidade resistente da alvenaria.

A correcção destas patologias origina a necessidade de intervenções de reabilitação ou reforço estruturais, com o objectivo de:

- Restabelecer o monolitismo estrutural entre elementos construtivos da alvenaria.
- Melhorar a ligação entre estes elementos e os pavimentos.
- Aumentar a capacidade resistente da estrutura às várias acções.
- Melhorar a ductilidade das construções e, de um modo geral, adequá-las à moderna regulamentação anti-sísmica.

As ancoragens embebidas em paredes de alvenarias são sistemas muito utilizados nas intervenções de reabilitação e reforço por:

- Assegurarem o restabelecimento do monolitismo estrutural.
- Ficarem ocultas no interior das paredes,



não alterando o seu aspecto exterior.

- Melhorarem a ductilidade das estruturas antigas, conferindo-lhe ainda resistência adicional.
- Permitirem a montagem reversível de estruturas de travamento, como é o caso do exemplo que seguidamente apresentamos.

Refere-se este exemplo ao Teatro Lethes, em Faro. O edifício, situado no centro da cidade, foi começado a construir em 1605 para ser utilizado como colégio de Jesuítas. Após várias utilizações ao longo da história o imóvel foi adquirido em 1845 pelo Dr. Lázaro Doglioni, médico de origem italiana, com a intenção de o transformar num Teatro de Ópera. Chamou-lhe Teatro Lethes, devido ao mítico rio com esse nome, cujas águas teriam o poder mágico de apagar da lembrança das almas os revezes e as agruras da vida.

Com as obras de restauro e reconversão, a capela do edifício transformou-se na sala de espectáculos (a capela-mor,



Por: Manuel Brazão Farinha¹ - Rui Pereira Araújo²

alvenarias



Alçado principal do Teatro Leões

cujo arco triunfal ainda subsiste, é hoje a antecâmara do teatro), ficando o palco no lugar do antigo coro da igreja, e dando as capelas laterais lugar aos camarotes. A inauguração do teatro deu-se a 4 de Abril de 1845.

O edifício é hoje uma construção classificada pelo Estado Português, sendo propriedade da Cruz Vermelha Portuguesa e estando arrendado a serviços do Ministério da Cultura.

Apresentando o edifício algumas patologias estruturais, foi efectuado um levantamento e diagnóstico por firma especializada, seguindo-se a criação de um modelo de comportamento, projecto de reabilitação e consequentes intervenções. Foram adoptadas como linhas mestras à concepção do reforço os princípios fundamentais da reversibilidade e intrusão mínima da intervenção. O projecto de reforço e consolidação, a cargo de equipa especialista, chefiada pelo Eng. João Appleton, determinou então a execução de uma série de medidas de reforço que seriam

complementadas com acções de consolidação e protecção.

O reforço da abóbada na zona do palco consistiu na introdução de uma estrutura de desenvolvimento horizontal para travamento das paredes de apoio, constituída por perfis metálicos de grande secção fixados às paredes por meio de ancoragens de elevado desempenho, que atravessam



Álvaras:
EOP-26056
ICC - 26059

- Construção de Edifícios, moradias e piscinas
- Conservação e Restauro de Edifícios
- Carpintaria e Marcenaria
(móveis por medida)
- Jardinagem e embelezamento
de espaços urbanos
- Pinturas Gerais, revestimentos
e isolamentos
- Serviços de manutenção
e reparação ao domicílio

tel. 289 397 625 Fax. 289 399 395
CASCALHEIRA - 8125-018 Quarteira - Algarve
E-Mail: emj_ida@hotmail.com

SOS - 963055892



a totalidade da espessura destas. O suporte da abóbada foi garantido mediante o atirantamento radial de uma grelha de barras de aço.

Nesta intervenção utilizaram-se ancoragens especiais pré-fabricadas CINTEC, constituídas por varões de aço inox envolvido em mangas tecidas especialmente concebidas para o confinamento das caldas de injeção.

A metodologia adoptada na intervenção consistiu na:

- Marcação dos locais e ângulos de furação.

Abertura de furos utilizando equipamento apropriado, que não introduziu vibrações na estrutura e com arrefecimento a jacto de ar, evitando-se assim a utilização de água sob pressão. Molhagem dos furos utilizando água aplicada por vazamento controlado.

Inserção das ancoragens CINTEC nos furos previamente realizados, verificação do seu alinhamento e sua injeção com caldas pré-doseadas de ligante hidráulico específicas para este fim e compatíveis físico-quimicamente com os materiais constituintes das alvenarias.

Os trabalhos de colocação e injeção das 28 ancoragens foram efectuados em apenas 4 horas, prazo ao fim do qual as ancoragens ficaram disponíveis para serem solicitadas ao corte.

A fase seguinte da intervenção envolverá a introdução de vigas de travamento, a colocação de vigas de suspensão sobre o terraço, a execução de furos radiais de atravessamento da abóbada e a colocação de tirantes e de grelha de chapas de aço de suspensão.

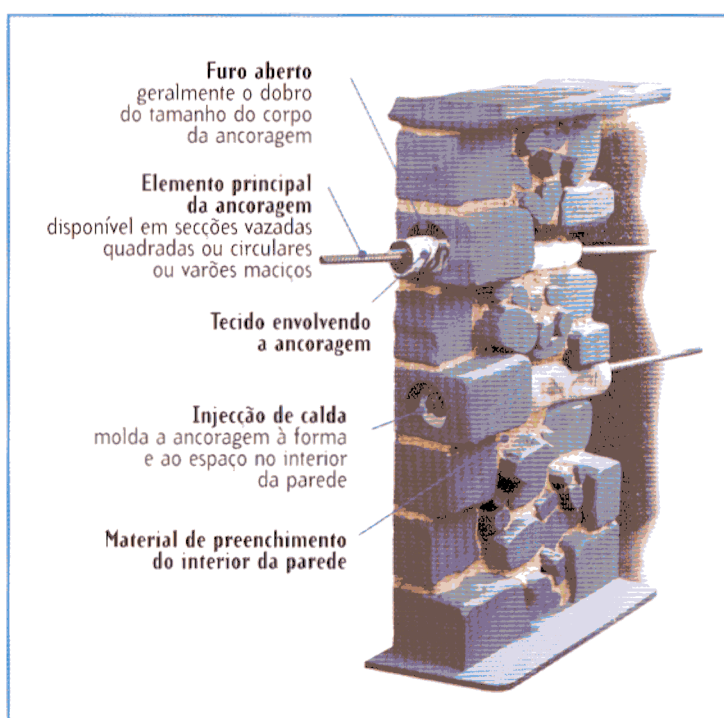
Após o reforço será executada a consolidação por injeção de resinas de poliéster e caldas de cimento, preenchendo as fissuras e descontinuidades resultantes da figura de rotura da abóbada.

A fase final da obra consistirá na impermeabilização do terraço, na execução de um novo palco de madeira e de uma nova teia, e na modernização das instalações eléctricas e de segurança contra o risco de incêndio.

Pode-se concluir que a utilização deste tipo de ancoragens, entre nós inovadora, apresenta as seguintes vantagens em relação aos métodos tradicionais alternativos:

- Possibilita a realização de ancoragens mesmo em alvenarias pouco resistentes, muito degradadas, ou com folhas / panos separados.
- Dispensa as selagens superficiais dos furos antes da injeção (excepto em ancoragens invertidas e, mesmo nestas situações basta apenas a colocação de um tecido na abertura dos furos para impedir a eventual saída da pasta ligante).
- O controlo da pressão de injeção é muito mais eficaz.
- Assegura-se o confinamento das caldas, evitando-se a migração destas para zonas não desejadas.
- Reduzem-se drasticamente os tempos de montagem e de início de serviço.

Esquema das ancoragens utilizadas



¹ Licenciado em Engenharia Civil e Mestre em Construção pelo Instituto Superior Técnico, é actualmente Professor Adjunto do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e Sócio-Gerente da TecnoCrete, Materiais e Tecnologias de Reabilitação Estrutural, Lda.

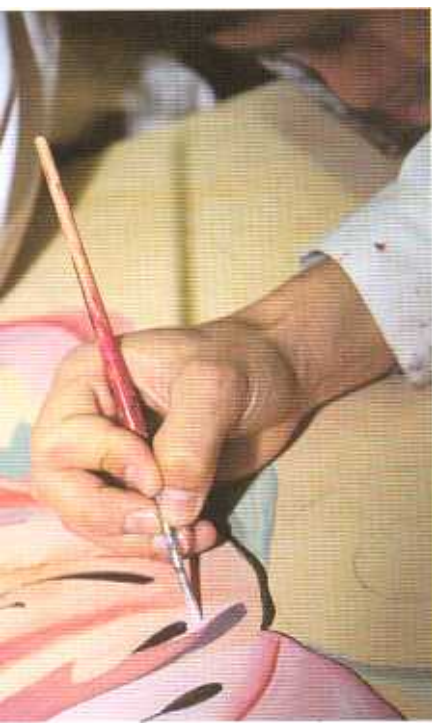
² Bacharel em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, é actualmente responsável pela Direcção Técnica da TecnoCrete, Materiais e Tecnologias de Reabilitação Estrutural, Lda.

Instituto de Artes

O preço da tradição

O Instituto de Artes e Ofícios, da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva não é uma escola como as outras. Ali, a tradição ainda é o que era. Os seus alunos aprendem as artes e os ofícios tal como estes foram ensinados ao longo dos séculos. Mas não é só por isto que o Instituto de Artes e Ofícios é uma escola diferente. É também porque, lado a lado com esta sabedoria do passado, este Instituto dá aos seus alunos uma sólida preparação científica e técnica. Uma escola onde se vive com um pé no passado e outro no futuro. Talvez seja esta a chave do seu sucesso. Por: Rosa Amaral

Mal se entra no velho edifício da Calçada de S. Vicente, percebemos que o IAO não é de facto uma escola como as



outras. Há arte por todo o lado. Nas paredes, nas escadas e até nos tectos. Frescos, telas, desenhos a carvão. Helena Faria, do IAO, explica que se trata de uma espécie de trabalhos práticos. Nem o seu gabinete escapou à criatividade dos alunos. "Está a ver aquelas ondas, deve ter sido inspirado pela Expo pois foi nesse altura que me pediram autorização para as pintar", diz em tom de brincadeira.

Neste ano lectivo o IAO é frequentado por 80 alunos, divididos pelos três anos que dura a sua formação. Uma formação intensiva em várias áreas teóricas e práticas que elimina naturalmente quem de facto não nasceu para aprender estas artes e ofícios. No dia em que visitámos o IAO pudemos assistir a uma aula de embutidos e ver o trabalho dos alunos. E podemos garantir que de facto não é para qualquer um.

A renda em madeira, meticulosamente desenhada, recortada e mais tarde embutida em pequenos contadores também cortados e montados pelos alunos é surpreendente, principalmente se pensarmos que se tratam de trabalhos obrigatórios do primeiro ano do curso. Uma surpresa sempre presente durante toda a visita ao IAO, quer na oficina de talha, como na aula de pintura.

É que ali tudo se faz com a arte, técnica e sabedoria do passado. Sem a batota das novas tecnologias como as serras

eléctricas, lixadoras mecânicas e outras invenções deste século. O importante é mesmo preservar a tradição. Mesmo que dê mais trabalho e exija mais perícia. "Há por aí cursos que permitem aos seus alunos utilizar outras ferramentas que não as tradicionais. Mas isso não nos interessa", diz Helena Faria. Quando no dia anterior visitámos as oficinas da Fundação, Helena Faria avisou-nos que o IAO era igual mas em miniatura. É verdade. O espírito que paira em S. Vicente é o mesmo que encontrámos na Fundação, mas no IAO tudo está a começar.

O IAO foi criado nos anos 80 com o objectivo de formar novos artífices de acordo com as exigências do mercado e, principalmente, com o espírito de Ricardo Espírito Santo Silva, cuja grande preocupação era a morte iminente das artes decorativas tradicionais.

O IAO nasceu essencialmente devido à necessidade de uma formação profissional mais alargada nas áreas das artes e ofícios, formação à qual as oficinas da Fundação não conseguiam dar resposta.

Em 1985 iniciaram-se os primeiros cursos regulares de três anos para jovens e adultos com a habilitação mínima do 9º ano de escolaridade, que quisessem começar a aprender as artes de trabalhar a madeira, os metais ou a pintura decorativa. Com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional foi comprado o edifício da Calçada de S. Vicente que, depois de obras de adaptação, ficou com capacidade para albergar cerca de 200 alunos. Em 1989, o IAO adquiriu o estatuto de escola profissional privada englobada no sistema educativo nacional.

No IAO a formação dos seus alunos passa por uma aprendizagem teórica, técnica e prática. Assim, a formação do jovem artífice não se esgota na perícia do "saber fazer" e no "jeito de mãos" enriquecidas ao longo do tempo, com aquisições teóricas mais ou menos esparsas ou autodidactas.

Ofícios



Em vez disso, o IAO pretende formar uma nova geração de profissionais com uma sólida preparação científica e técnica da qual fazem parte a História da Arte e do Mobiliário, as cadeiras de Desenhos de Representação, Técnico e Ornato, a Geometria Descritiva, a Modelação, as Tecnologias de Materiais, as Práticas Laboratoriais, a Ética e os Princípios do Restauro, o domínio do Português e de uma língua estrangeira e as práticas oficiais.

Esta abordagem interdisciplinar pressupõe como peças fundamentais, os mestres e oficiais de Fundação, os quais constituem uma base de saberes e competências que, transmitidos aos alunos num contexto oficial, lhes permitirá virem a ser herdeiros da tradição das artes decorativas portuguesas, com várias perspectivas profissionais. Não só na área de reprodução, recorrendo às técnicas tradicionais, como também na área de conservação e restauro de património.

Estes mestres e oficiais altamente qualificados foram os primeiros aprendizes das oficinas da Fundação. Entraram para a instituição nas décadas de 50 e 60. Muitos, totalmente iletrados, outros, possuindo apenas a escola primária e, outros ainda, vindos de estabelecimentos de ensino como a Casa Pia ou a Escola António Arroio, onde adquiriram conhecimentos básicos essenciais ao desenvolvimento da sua vocação.

Nas oficinas da Fundação treinaram e aperfeiçoaram as suas artes guiados pelos mestres mais velhos que Ricardo Espírito Santo Silva e Guilherme Possolo tinham conseguido recrutar a partir de pequenas oficinas familiares do bairro do castelo e de outros bairros de Lisboa.

No Museu puderam conviver com "as mais expressivas realizações da sua arte", frequentar aulas de desenho e de História da Arte e assistir a conferências sobre os mais varia-


dos temas relacionados com as artes decorativas. Apesar da formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da Fundação terem sido ao longo do tempo uma prioridade, as suas oficinas estiveram desde sempre abertas a outras pessoas, portuguesas e estrangeiras, que continuam a procurá-las para a realização de estágios e especializações.

A formalização do IAO veio dar oportunidade a estes mestres de transmitirem as suas artes e saberes aos alunos, de uma forma sistemática durante as aulas práticas. Apesar dos edifícios onde estão instalados o instituto e as oficinas não estarem lado a lado, o contacto entre os alunos e as oficinas da Fundação consegue ser muito estreito. "No primeiro dia de aulas, depois da apresentação dos alunos, a primeira coisa que fazemos é visitar a Fundação e as suas oficinas. É importante que os alunos conheçam a sua casa", diz Helena Faria.

Além disso, são cada vez mais os alunos que distinguindo-se nos cursos do IAO, acabam por preencher as vagas nas oficinas, convidados pela própria Fundação que garante assim a renovação dos seus quadros.



ESCULTURA E CANTARIAS
RESTAURO, Lda.



Rua República da Bolívia, 97-4º Dtº. - 1500-545 Lisboa
Tel.: 21 715 03 70 - Fax 21 982 41 88
Telem. 96 7094 130

h2>Um museu vivo

"Um museu-vivo". É assim que Maria João Bustorff, Directora da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva gosta de chamar as oficinas que continuam a funcionar na Fundação. É ali entre aquelas quatro paredes, que se preservam os saberes de ofícios e a memória das técnicas ancestrais. Actualmente funcionam 15 oficinas onde estão representadas vinte artes e ofícios tradicionais. E cerca de uma centena de artífices distribuídos pelas áreas de Desenho, Marcenaria, Embutidos, Talha, Pintura Decorativa, Pintura de Esmaltes, Douragem, Manufatura e Restauro de Tapetes de Arraiolos, Fundição, Cinzelagem, Serralharia, Latoaria, Acabamentos, Restauro de Livros e Pergaminhos, Encadernação, Decoração de Livros, Restauro de Porcelanas, Vidros e Faianças, Estofos e Sirgueria, Empalhamento, Laminagem Manual de Ouro e Gravação em Couro.

Uma visita a estas oficinas é uma inesquecível viagem ao passado das artes e ofícios tradicionais portugueses: o ouro ainda é batido manualmente transformando uma barra de 100 gramas em 5376 folhas de ouro, os livros estragados são cozidos a linha, encadernados e decorados como se fazia há séculos e os metais são cinzelados com instrumentos fabricados pelos próprios artífices.

São pormenores como estes que deram às oficinas da Fundação um prestígio a uma fama imbatível. As encomendas chegam de todo o mundo. Como as réplicas encomendadas pelo governo francês para os palácios de Versalhes e Fontainebleau até ao presente de casamento do governo português para os príncipes Carlos e Diana.

Embora a reprodução de réplicas represente a maior fatia do trabalho destas oficinas, a conservação e o restauro de obras de arte continua a ser uma área muito importante. Ainda recentemente a Fundação esteve envolvida num projecto de restauro da Igreja de Santo António, em Igarassu, no Brasil. Uma obra na qual os artífices da Fundação não só recuperaram o templo como ao mesmo tempo deram formação aos seus colegas brasileiros. E ajudaram que as artes e ofícios tradicionais portugueses fossem conhecidos e simultaneamente preservados do outro lado do Atlântico.



h2>Um mecenas à portuguesa

Ricardo Espírito Santo Silva, foi o banqueiro colecionador que, um dia decidiu criar uma Fundação para ali instalar um museu de artes decorativas portuguesas e guardar todas as peças importantes de mobiliário, ourivesaria, pintura, porcelana, tapeçaria e têxteis que ao longo da vida conseguiu resgatar durante as suas viagens pelo estrangeiro.

Conhecedor das artes decorativas, admirador de artistas e artífices Ricardo Espírito Santo Silva foi um mecenas no verdadeiro sentido da palavra. E, curiosamente, tudo começou ao 16 anos, quando comprou a sua primeira peça, um tapete de Arraiolos em muito mau estado. Quando morreu, aos 54 anos, possuía uma colecção invejável, que preferiu legar a uma Fundação para nela se instalar um museu-escola de artes decorativas.

Meio século depois, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva prossegue o sonho do seu fundador. "As artes decorativas, muitas vezes consideradas como artes menores, são, na realidade, a mais alta expressão da civilização e da elegância, já que são uma consequência do desenvolvimento colectivo do gosto", escreveu um dia.

Além do plano de cursos oficiais, o IAO organiza também cursos de especialização na área de Talha, Cerâmica, Azulejos, Pintura Mural e ainda cursos de curta duração tais como Encadernação e Decoração de Livros, Conservação de Mobiliário, Pintura sobre Tecidos, Tecelagem, Marmoreados e Esponjados e Restauro de Porcelanas, Vidros e Faianças. Os alunos destes cursos formam grupos heterogéneos, de diferentes idades e profissões. "Vêm por curiosidade, muitos para aprenderem, outros para valorização profissional", diz-nos um dos mestres da Fundação.

Este interesse cada vez maior pelas velhas técnicas e saberes das artes e ofícios tradicionais dão aos alunos do IAO cada vez maior abertura para saídas profissionais. Ao contrário do que acontece com a maioria dos cursos médios e superiores, os alunos do IAO facilmente arranjam empregos depois de terminados os cursos. É que aquilo que aprenderam com os mestres da Fundação não tem concorrência cá fora. Nem vem nos livros. São os tais saberes transmitidos de geração em geração, ao longo dos séculos.



O novo regime

de acesso à actividade de ECP e ICC

Por: Miguel Resende¹

O Decreto-Lei n. 61/99, de 2 de Março, veio "separar as águas" entre quem tem e quem não tem capacidade para ser EOP (Empreiteiro de Obras Públicas) ou ICC (Industrial da Construção Civil). Um ano passado sobre a sua publicação, é tempo de fazer um primeiro balanço. O IMMOPI (Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário), ficou incumbido de proceder a essa separação, apreciando a idoneidade, capacidade técnica e financeira das empresas, e em função dela, conferir-lhes (ou não) as autorizações pretendidas, designadamente, na nova categoria de "Património construído protegido".

Este diploma foi recebido com protestos pelos industriais do sector. A principal crítica refere-se à complexidade desmesurada do procedimento. Discordo. O novo procedimento pode facilitar a vida aos agentes económicos.

A Portaria n. 412-H/99, de 4 de Junho lista 29 documentos que podem ser necessários à instrução dos requerimentos a apresentar ao Conselho de Administração do IMMOPI. Porém, depois de obtidas as autorizações pretendidas, isto é, feita a prova da idoneidade e capacidade da empresa, fica esta dispensada de apresentar, em cada concurso público a que se queira habilitar, um vasto conjunto de documentação.

A maior dificuldade inicial da obtenção das autorizações é assim compensada pela maior facilidade da participação das empresas em concursos públicos. Antes, não era nem podia ser assim; o anterior procedimento, mais simples, não permitia ao CMOPP (Comissão de Mercado de Obras Públicas e Particulares) aferir essa idoneidade e capacidade.

Mas a complexidade do procedimento também reflecte uma maior exigência para a concessão das autorizações: é

o "separar das águas", propósito com que todos parecem concordar, mas que muitos preferiam ver eternamente adiado para um futuro incerto.

Pessoalmente, entendo que o aumento da exigência para a concessão das autorizações é em si mesmo um bem, e mesmo as empresas de menor dimensão sentirão que esta lei as poderá defender daqueles que só sobrevivem pela utilização de pessoal clandestino sem qualificação, e por expedientes que quase roçam a fraude, distorcendo a concorrência e impedindo o crescimento de quem à partida teria melhores argumentos para estar no mercado.

A implantação do novo sistema não tem sido isenta das dificuldades, próprias de qualquer transição de regimes. Eram esperadas, mas vão-se resolvendo.

Assim, a atribuição dos certificados para a Classe 1 (trabalhos até 25.000 contos), os únicos que o Conselho de Administração do IMMOPI tem competência para deliberar, já se vai fazendo dentro dos 3 meses previstos (houve quem afirmasse que tal nunca iria ocorrer...).

E quanto às Classes 2 e 3, vão ser em breve constituídas as Comissões que apreciarão os pedidos, pelo que, com mais ou menos atrasos de início, haverão também de ser superadas as "resistências" das autarquias ao levantamento das licenças das obras.

A seu tempo cumprirá este diploma a função que lhe foi destinada, nesse dia, os seus benefícios superarão as tão propaladas dificuldades. ✍

¹ Advogado de Alcides Martins & Associados
Pós-graduado em Direito Administrativo pela
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Forte de Sacavém: Arquivo da DGEMN

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN, transferiu o seu arquivo para o Forte de Monte Sintra, em Sacavém. Trata-se de um espólio com mais de 200 mil desenhos, 100 mil fotografias e um conjunto significativo de peças de cartografia. Durante anos arrumado num sótão e sujeito ao pó

e ao desgaste do tempo, este espólio está hoje a ser alvo de um tratamento arquivístico sem paralelo na área do património arquitectónico.

O Centro de Fontes Documentais da DGEMN vai estar integralmente aberto ao público a partir de 2001 e está disponível para o acolhimento de espólios de arquitectura de outras entidades, sejam elas públicas ou privadas.

O Forte de Sacavém onde está instalado o arquivo da DGEMN foi sujeito a trabalhos de recuperação. Neste momento, encontra-se em fase de transformação do edifício principal num polo de apoio ao Inventário do Património Arquitectónico, projecto lançado pela DGEMN em 1990 e considerado um exemplo da forma como as tecnologias da informação se podem tornar num parceiro activo na conservação, divulgação e valorização do património.

Torre de Belém ganha prémio

O projecto de conservação exterior da Torre de Belém, dirigido pelo World Monuments Fund Portugal, foi distinguido com o Prémio Europa Nostra, que tem por objectivo a defesa da herança cultural dos povos como reforço da sua identidade própria. Este prémio é apoiado pela Comissão Europeia e por mais de 200 organizações não governamentais dedicadas à conservação, salvaguarda e valorização do Património. É a primeira vez que Portugal é distinguido com o Prémio Europa Nostra. O projecto de restauro das fachadas da Torre de Belém, concluído em 1998 e levado a cabo numa perspectiva multidisciplinar, foi o primeiro projecto do World Monuments Fund Portugal no nosso país. Seguiu-se o restauro do órgão da Igreja do Espírito Santo, em Beja e, neste momento, o World Monuments Fund Portugal está a proceder à recuperação e restauro do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos. O World Monuments Fund Portugal é uma filial da WMF, com sede em Nova Iorque que, ao longo dos últimos 30 anos, tem vindo a patrocinar a preservação da herança patrimonial em todo o mundo, recorrendo a fundos públicos e privados.

Primeira ponte de betão vai ao fundo

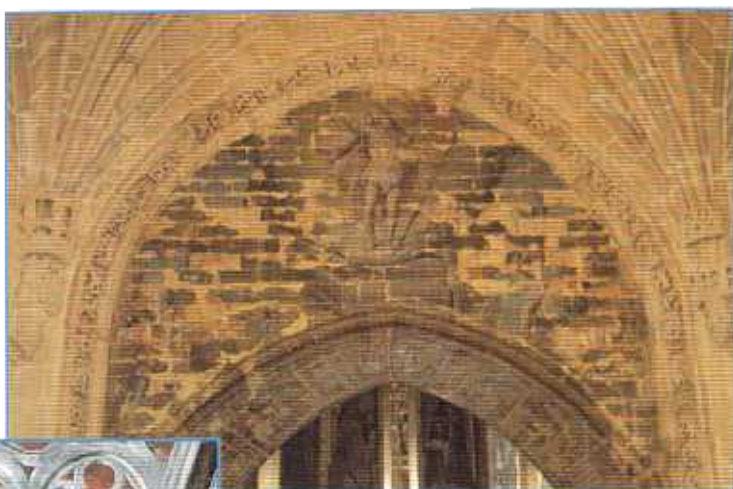
A ponte Luís Bandeira, em Serjões, Oliveira de Frades, a primeira ponte portuguesa em betão armado vai ficar submersa depois da construção da barragem de Ribeiradio. Construída em 1907, tem 44 metros de comprimento e um arco com 32 metros e 4,5 metros de largura. A ponte liga as duas margens do Rio Vouga, e, ao longo dos anos, transformou-se num ex-libris de todo o vale do Vouga. Erguida junto a uma bonita praia fluvial com um açude e um moinho de água, é ainda um dos locais de passeio preferidos das gentes daquela zona. A construção da barragem de Ribeiradio é um dos projectos considerados fundamentais para o desenvolvimento da região do Vouga.

EDICON

Construções Cívicas e Obras Públicas, Lda.

Empresa especializada no restauro
de monumentos
e património arquitectónico

EDICON - CONSTRUÇÕES CIVIS E OBRAS PÚBLICAS, LDA
Rua do Poder Local nº 2 S/LB - 1675 Pontinha



Charola de Tomar recuperada

A Charola do Convento de Cristo, em Tomar, foi finalmente aberta ao público depois de 12 anos de trabalhos de restauro. As campanhas, levadas a cabo por uma equipa técnica da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra e pela firma Mural da História, ambas conduzidas pelo conservador-restaurador Joaquim Inácio Caetano, trouxeram à luz do dia elementos de pintura mural manuelina, detectadas em sondagens efectuadas em 1987, e que haviam sido ocultados nos séculos XVIII e XIX com pinturas decorativas sobrepostas.

Estes novos elementos, datáveis entre 1515 e 1519, já podem ser observados por todos aqueles que visitem a Charola do Convento de Cristo, o primeiro monumento em Portugal a ser inscrito na lista do património Mundial da Unesco.

Apesar da abertura ao público, os trabalhos de recuperação da Charola irão continuar durante os próximos seis anos, dando aos visitantes a possibilidade de assistirem a esses trabalhos através do recurso a andaimes móveis.

"Prémio Engenheiro do Futuro" Desafiar a Criatividade

A revista "arte&construção" lança o "Prémio Engenheiro do Futuro", uma iniciativa inédita em Portugal e direccionada exclusivamente a estudantes finalistas de Engenharia Civil, que conta com o patrocínio da Hilti e o apoio da Ordem dos Engenheiros.

"O Século XXI e a Engenharia em Portugal" foi o tema escolhido para os estudantes elaborarem um texto que desafie a sua criatividade e desenvolva as suas capacidades no domínio da engenharia do futuro. Os trabalhos deverão ser enviados para a redacção da revista "arte&construção" até dia 31 de Julho próximo.

A avaliação dos textos será efectuada por um júri constituído por José Manuel Ferreira Lemos, Vice-Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros, Fernando Silveira Ramos, Presidente da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC) e José Matos e Silva, do Gabinete de Projectos, Engenharia e Serviços (GAPRES). O autor do melhor texto terá direito a um estágio profissional de três meses, oferecido pela Hilti, no Centro de estudos do Liechtenstein,

com um pocket money mínimo mensal de 1500 francos suíços, para além de ver publicado o seu trabalho na revista "arte&construção". Serão ainda atribuídas menções honrosas aos 2.º e 3.º classificados. O prémio será entregue no dia 29 de Outubro, no decorrer da feira Concreta, a ter lugar na Exponor, no Porto.



Mão pesada sobre as cimenteiras

A Secil e a Cimpor foram recentemente multadas, pela Comissão Europeia, num total que ultrapassa um milhão de contos, por práticas conducentes à distorção do funcionamento do mercado.

Portugal é o principal consumidor europeu de cimento, com cerca de duas vezes a captação média da Europa e quatro vezes a média mundial. A Ilha da Madeira é a região da Europa (e talvez do planeta), com o maior consumo de cimento per capita.

Além de outras matérias primas, cada tonelada de cimento portland exige, aproximadamente, 1,5 toneladas

de calcário e quantidades consideráveis, quer de combustíveis fósseis, quer de energia eléctrica. Por outro lado, é sabido que a produção de cada tonelada de clínquer é acompanhada da emissão de, aproximadamente, de 1 tonelada de dióxido de carbono, um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento global. Cerca de 7% das emissões mundiais de dióxido de carbono são atribuíveis à indústria do cimento.

Segundo dados divulgados pela AECOPS, o consumo de cimento em Portugal aumentou 16,5% nos dois primeiros meses de 2000, em relação a igual período de 1999.

Gás Natural arrasa vestígios arqueológicos



A instalação do gás natural na Baixa Pombalina, em Lisboa, está a destruir vestígios arqueológicos. Uma história ainda com contornos pouco claros. O Instituto Português de Arqueologia, IPA, garantiu que o Instituto Português do Património Arquitectónico mandou suspender as obras mas que a ordem não foi acatada. Mas a LisboaGás, concessionária da obra, diz que não tem nenhuma indicação para parar e alega que a obra foi licenciada pela Câmara de Lisboa.

"Penso que a autarquia nunca propôs nenhum acompanhamento arqueológico. Mas temos estado em diálogo com o IPPAR e comunicámos-lhe que estamos a fazer todas as diligências para arranjar um arqueólogo", diz a porta-voz da LisboaGás, Ana Margarida Pereira. Mas parece ser tarde. Os operários já escavaram a Praça do Comércio, Rua do Comércio e Rua Augusta e avançam agora em direcção ao Martim Moniz. No subsolo de uma zona que a Lei obriga ao acompanhamento de arqueólogos, parte das muralhas Fernandinas e D. Dinis já devem estar perdidas para sempre.

Público, 23 Fevereiro de 2000

Pousada no Convento de Cristo acende polémica



A instalação de uma pousada no Convento de Cristo, em Tomar, numa ala onde esteve instalado o hospital militar da cidade, já tomou forma de polémica. Pedro Dias, vogal do Comité Internacional de História de Arte, considerou "um atentado ao património. Fazer um hotel, por melhor que seja, numa zona que foi um dos principais pólos da vida política religiosa e cultural do nosso país é estar e violentá-la. Os frades não tinham piscina nem casas de banho nos quartos e essas reconversões são irreversíveis do ponto de vista arquitectónico", diz Pedro Dias.

António Rebelo, especialista na história do convento concorda com o projecto de uma pousada mas prefere localizá-la noutra área do monumento.

Por seu lado, o Ministério da Cultura já fez saber que não concorda com a instalação da pousada mas ainda não divulgou o que pretende fazer com o imóvel, sendo certo que não tem dinheiro para o recuperar. A ENATUR quer a tudo o custo ali instalar mais uma das suas pousadas históricas. A localização de pousadas em edifícios históricos de cariz religioso é uma "guerra" que vem de longe. Recorde-se a polémica que envolveu a recuperação do Convento da Flor da Rosa, no Crato.

Público, 13 de Março de 2000

Formas diferentes de encarar o património



A importância do património nacional está longe de reunir consensos. Enquanto uns destroem em nome do progresso, outros preferem preservar e recuperar obtendo com isso grandes negócios. A Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, tem vindo a expropriar antigas quintas para a construção de bairros sociais e para venda a sociedades imobiliárias, como a que gere a Alta de Lisboa. Com tais operações a autarquia tem vindo a obter terrenos a baixo custo alegando "interesse público", concretizando, após a infraestruturação, mais-valias de vários milhões de contos. Pelos menos três quintas antigas, a dos Milagres, Alegre e Médico terão recebido "ordem de despejo" e a destruição deste património está por um fio. Considerado como "um negócio da China", esta atitude da Câmara de Lisboa está a ser alvo de críticas. Há mesmo quem alegue que "autarquia está a servir de intermediária num negócio de especulação". Há casos em que a Câmara ofereceu aos proprietários 3500 escudos por metro quadrado, quando, não muito distante do local, a mesma autarquia tinha à venda terrenos a 38 contos o metro quadrado.

Ao mesmo tempo há já quem tenha percebido que se podem fazer grandes negócios preservando e recuperando o património. É o caso da Luxus-Consultores Imobiliários, que se associou recentemente à Corcoran, um grupo de mediação imobiliária internacional com vendas através da Internet.

É uma aposta no futuro. Ao lado de quintas, palácios, palacetes e apartamentos dos quatros cantos do mundo, estão agora disponíveis on-line algumas casas portuguesas, com valor de mercado acima dos 150 mil contos. As habitações apresentadas por Portugal no 'site' serão alvo de uma apertada selecção onde tudo conta, desde a história do imóvel até à zona envolvente. A prova de que a preservação do património pode ser um excelente negócio.

Expresso, 26 de Fevereiro de 2000

P&C muda grafismo e chega a cerca de 500 bancas

Um ano e meio após o seu lançamento, a P&C evolui. A partir do presente número, a tiragem é aumentada para 5 000 exemplares e a distribuição é feita em cerca de 500 bancas, seleccionadas em todo o país.

Para tal, a P&C conta, a partir desta edição, com a colaboração de uma nova equipa - a MediaLine Comunicação e Imagem, Lda.

A missão que a P&C chamou a si justifica o reforço desta aposta e estamos convencidos de que o público corresponderá. A P&C agradece a colaboração prestada pela anterior equipa produtora, bem como a todos quantos têm contribuído, ao longo deste ano e meio, para o sucesso desta iniciativa.

GECORPA reúne em Assembleia Geral

O GECORPA reuniu em Assembleia Geral no passado dia 28 de Março, com o objectivo de apreciar e aprovar o Relatório de Actividades e Contas de 1999. Do conjunto de iniciativas que o Grémio levou a cabo durante o ano transacto destacam-se:

- O crescimento do número de associados;
- O reconhecimento institucional do Grémio no sector da conservação e da reabilitação do património construído;
- O desenvolvimento dos serviços prestados aos associados: apoio jurídico e informativo, apoio à implementação de Sistemas de Garantia de Qualidade, apoio na criação de sites na Internet;
- A regulamentação do mercado da conservação e da reabilitação do património construído com a criação da nova Categoria "Património Construído Protegido";
- A promoção de encontros e seminários: realização da "Jornada de Angra do Heroísmo: Mostra de Técnicas de Conservação e Restauro"; "Encontro Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação"; "Seminário Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação".

Para o corrente ano, o GECORPA está a trabalhar não somente no desenvolvimento dos serviços prestados aos seus associados, mas também num conjunto de iniciativas que divulguem a actividade da conservação e da reabilitação do património construído, tais como:

- Realização do Encontro Internacional "Em Defesa do Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de Construir", Hotel Club de Azeitão, Parque Natural da Arrábida, 29 e 30 de Setembro de 2000;
- Atribuição do Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro de 2000;

- Promoção das Visitas GECORPA "Estaleiro-Aberto", a partir do mês de Junho deste ano;
- Promoção dos Cursos de Especialização em Património Arquitectónico GECORPA, que terão início em Outubro e serão devidamente divulgados na próxima edição da P&C.
- Edição de obras relacionadas com o património construído.



Encontro Internacional "Em Defesa do Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de Construir"

- Oradores confirmados

O GECORPA está a organizar, em parceria com o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - o Encontro Internacional "Em Defesa do



GECORPA promove 2º jantar com o Director Geral da DGEMN

O GECORPA vai promover, no próximo dia 18 de Maio, o segundo Jantar GECORPA que contará com a presença, na qualidade de convidado de honra, do Engenheiro Vasco Martins Costa, Director-Geral da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O Jantar, que terá lugar no Hotel Sheraton, em Lisboa, procurará reunir os profissionais que trabalham em património arquitectónico, possibilitando uma conversa mais informal com os dirigentes desta área. O Engenheiro Vasco Martins Costa fará uma breve intervenção subordinada ao tema da qualificação das empresas no sector da conservação e da reabilitação do património construído, na perspectiva do cliente.



GECORPA colabora com a UMBRIA na reabilitação do património



O GECORPA reuniu-se, no passado mês de Fevereiro, com o Presidente da Associação de Empresários da Umbria a pedido desta associação empresarial, para conhecer a possibilidade dos associados do Grémio desenvolverem trabalhos na área da conservação e da reabilitação do património construído, nesta região italiana.

A necessidade da realização destes trabalhos surgiu no âmbito dos programas de cooperação internacional, lançados com o objectivo de fazer face à destruição provocada pelo terramoto de 1997 que afectou aquela região italiana.

Novos associados GECORPA desde Março de 2000

42. Azularte, Lda

Rua José dos Santos Pereira, nº 12 A
1500-380 Lisboa
Tel. 21 774 10 16
Fax 21 778 99 73

Responsável: Sr. José Lúcio Antunes
Principal actividade: Conservação e restauro de azulejos

43. Optiroc Portugal

Cimentos e argamassas, Lda

Zona Industrial de Ourém, Painel Seica - 2490 Ourém
Tel. 249 54 01 90
Fax 249 54 01 99

Responsável: Eng. Rui Reis Vieira

Principal actividade: Produção e comercialização de argamassas e cimentos de colagem e revestimento

Património Cultural e Natural: Reabilitar em vez de "construir" que terá lugar nos próximos dias 29 e 30 de setembro, no Parque Natural da Arrábida.

- Arq. Carlos Guerra
(Instituto de Conservação da Natureza)
- Prof. Christer Sjoström
(CIB / Países Baixos)
- Eng. Esteves Ferreira
- Prof. Dr. Eugénio Sequeira
- Dr. Fernando Gonçalves
(Instituto de Promoção Ambiental)
- Dr. Isabel Noronha Osório
(Câmara Municipal do Porto
- Divisão do Património Cultural)
- Vereador Dr. Duarte Machado
(Câmara Municipal de Serúbal)
- Secretária de Estado da Habitação, Dr. Leonor Coutinho (Secretaria de Estado da Habitação)
- Prof. Eng. Vítor Abrantes
(Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)
- Prof. Arq. Sérgio Infante
(Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa)
- Chris Appleton
(National Trust / Reino Unido)
- Dr. Cláudio Torres
(Campo Arqueológico de Mértola)

As informações podem ser obtidas através do GECORPA, pelo Tel. 21 354 23 36 ou pelo Fax 21 315 79 96 ou, ainda, por e-mail para info@gecorpa.pt.



Bairro da Sé do Porto - contributo para a sua caracterização histórica

Teresa Pires de Cravalho, Carlos Guimarães, Maria Jorge Barroca

Ed. CMP, CRUARB/CH, Projecto Piloto Urbano da Sé - Preço: 3 750\$00 - Código: CMPE.2

"Este livro decorre do trabalho de "Caracterização Histórica do Bairro da Sé" realizado no âmbito da operação de renovação urbana em curso, após Concurso Limitado. Desenvolvido com base no Caderno de Encargos e na Proposta Técnica então apresentada, o trabalho teve por objecto um território que não abrange a totalidade do denominado "Bairro da Sé" e cuja delimitação foi realizada pelo CRUARB e assim apresentada a concurso. A natureza deste trabalho - primeira fase de uma investigação mais vasta que deve ser continuada - deve assim ser vista mais como documento de trabalho do que como obra acabada" (Da Introdução).



Diálogos de Edificação - Estudo de Técnicas Tradicionais de Construção

Gabriela de Barbosa Teixeira, Margarida da Cunha Belém

Ed. CRAT, 1998, 205 pp. - Preço: 6 500\$00 - Código: CRATE.1

Manual de consulta sobre as mais significativas técnicas tradicionais de construção detectadas no espaço continental português. Essencialmente prático, apresenta uma primeira parte em que são abordados aspectos ligados aos materiais tradicionais, uma segunda parte que sistematiza as técnicas sob a forma de fichas e uma terceira parte em que se reúnem opiniões de técnicos ligados a esta área.



Lisboa: Reabilitação Urbana - Núcleos Históricos

Ed. CML, 1993, pp. 189 - Preço: 4 200\$00 - Código: CMLC.1

Estruturado e posto em prática pela Câmara Municipal de Lisboa desde Janeiro de 1990, o conceito de Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos acabou por tornar-se numa área estratégica de actividade e intervenção no município. A exposição levada a cabo sobre a evolução e o crescimento da capital, em 1993, foi a primeira manifestação de carácter científico produzida no seio desse novo pelouro municipal.



Madeira para Construção

Ed. LNEC, 1997

O conjunto destas 10 fichas visa divulgar especificações e sintetizar informação geral sobre madeira para construção.

M1 - Especificação de madeiras para estruturas (Preço: 525\$00; Código: LN.M.4); M2 - Pinho bravo para estruturas (Preço: 525\$00; Código: LN.M.5); M3 - Cãmbala (Preço: 315\$00; Código: LN.M.6); M4 - Casquinha (Preço: 420\$00; Código: LN.M.7); M5 - Criptoméria (Preço: 315\$00; Código: LN.M.8); M6 - Eucalipto comum (Preço: 315\$00; Código: LN.M.9); M7 - Tola branca (Preço: 315\$00; Código: LN.M.10); M8 - Undianuno (Preço: 315\$00; Código: LN.M.11); M9 - Humidade da madeira (Preço: 315\$00; Código: LN.M.12); M10 - Revestimentos por pintura de madeira para exteriores (Preço: 525\$00; Código: LN.M.13)

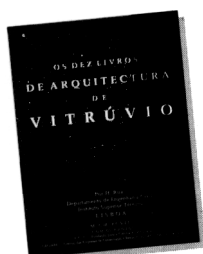


Os Moinhos de Maré da Ria Formosa

Luís Filipe Rosa Santos

Ed. Parque Natural da Ria Formosa, 1992, 151 pp. - Preço: 3 000\$00 - Código: ICNE.1

Importante inventário dos moinhos de maré outrora existentes na Ria Formosa, este livro constitui um bom suporte visual deste tipo de património industrial através de um conjunto de desenhos, esquemas e mapas descritivos dos moinhos.



Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius

Helena Rua

Ed. IST, 1993, 354 pp. - Preço: 7 000\$00 - Código: ISTE.1

Trata-se da primeira versão portuguesa desta obra de referência - baseada na 2.ª edição de "Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius" de Perrault, de 1684, corrigida e aumentada - com 374 páginas de literatura apoiadas por 68 gravuras e 87 desenhos, descritivos da tecnologia do mais belo estilo Romano.

Marco Vitruvius Polião, arquitecto romano presumivelmente do séc. I a.C., para além de se dedicar à construção, procurou registar por escrito, ao longo da sua vida, os preceitos desta arte, compilando-os, já perto do fim da vida, nestes 10 livros, marco incontornável da arquitectura e da história da arte ocidentais.

Boletim Monumentos em Cd Rom

Ed. DGEMN - Preço: 10 000\$00 - Código: DG.CDR.1

"A reedição dos Boletins da DGEMN em suporte digital CD-ROM, com o aproveitamento de algumas potencialidades da tecnologia multimédia, constitui um reconhecimento pelo trabalho dos que, no passado, foram prestigiando esta casa, uma resposta ao crescente interesse pela história do nosso património construído e um elo de ligação com o trabalho de divulgação e valorização do património arquitectónico que nesta década temos desenvolvido" (Da Introdução).



Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais

José Aguiar, A. M. Reis Cabrita, João Appleton

Edição LNEC, 3ª edição 1997, 2 volumes, 467 pp. - Preço: 7 140\$00 - Código: LN.M.1

Este Guião aborda questões de âmbito metodológico e compila informações úteis no domínio da reabilitação de edifícios, procurando apoiar os projectistas, os decisores políticos e responsáveis autárquicos, os proprietários e moradores de imóveis degradados, as associações de defesa do património, os Gabinetes Técnicos Locais e todos aqueles que, directa ou indirectamente, se encontram envolvidos na árdua tarefa da salvaguarda do nosso património arquitectónico e urbano.



Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

Ed. GECORPA, 1999, 184 pp. - Preço: 7 000\$00 - Código: GEA.1

Reunem-se as comunicações da Jornada de Seteais promovida pelo GECORPA em Outubro de 1998. Disponibilizam-se assim os testemunhos de uma troca de ideias acerca das questões relacionadas com a conservação e o restauro do Património Arquitectónico e das Construções Antigas e de uma reflexão sobre os desafios que se colocam às empresas na prática desta actividade. Destacam-se, entre outras, as contribuições de Luigia Binda "Levantamento e diagnóstico" e "Monitoragem e gestão de informação sobre o património arquitectónico" de Pier P. Rossi, que foram objecto de tradução única para português.



Fundamentos da Arquitectura Paisagista

Francisco Caldeira Cabral

Ed. ICN, 1993, 220 pp. - Preço: 2 000\$00 - Código: ICNE.3

"O pensamento do autor, as soluções que propõe e os conhecimentos científicos de que se serve são duma flagrante actualidade, apesar de já ter decorrido quase meio século após a apresentação dos primeiros textos que constituem este volume. A definição de Arquitectura Paisagista que então propõe "Arquitectura Paisagista é a Arte de ordenar o espaço exterior em relação ao Homem", adquire nos dias de hoje enorme importância plenamente justificada pelas consequências derivadas dos erros então apontados." (Do Prefácio de Gonçalo Ribeiro Telles).



Caracterização e Avaliação do Mercado da Manutenção e Reabilitação de Edifícios e da Conservação do Património Arquitectónico em Portugal

Ed. GECORPA, 1999, 98 pp. - Preço: 9 000\$00 - Código: GEE.1

Um dos objectivos do jovem GECORPA é a disponibilização de informação e documentação técnica especializada. Nesse sentido, recorreu à colaboração de António Manzoni de Sequeira que, há vários anos, se preocupa com a recolha e interpretação de informação económica no sector da construção, para tentar lançar alguma luz sobre o que é o mercado da reabilitação e da conservação e restauro do património arquitectónico em Portugal. Um documento de orientação e de trabalho para as empresas e, em geral, para todos quantos se interessam pelos aspectos económicos desta nobre área de actividade dentro do sector da construção.



Restauro e Reabilitação da Casa de Arnal

Eunice Salavessa

Ed. ICN e Parque Natural do Alvão, 1997, 62 pp. - Preço: 1 500\$00 - Código: ICNE.5

No âmbito da política de salvaguarda, reabilitação e revitalização de antigos centros urbanos, incluindo "aldeias de notável valor arquitectónico", determinada pela comunidade europeia e adoptada por Portugal, esta publicação é parte integrante da Dissertação de Mestrado da autora "Subsídios para o Plano de Salvaguarda de Arnal - Aldeia do Parque Natural do Alvão", sendo o capítulo reproduzido nesta publicação uma proposta concreta para a reabilitação da casa tradicional desta aldeia do Alto Douro.



Títulos mencionados na Pedra&Cal n. 1

2. Encore - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios

(2 vols.)

Ed. LNEC, 1. edição 1994, 2. edição 1997, 967 pp.

Preço: 10 500\$00 - Código: LNA.1

Estuques Decorativos do Norte de Portugal

Ed. CRAT, 1991, 71 pp.

Preço: 1 300\$00 - Código: CRATE.2

Plano Verde de Lisboa

- Componente do Plano Director Municipal de Lisboa

Coordenação de Gonçalo Ribeiro Telles

Ed. Colibri, 1997, 197 pp.

Preço: 3 990\$00 - Código: COLE.1

Títulos mencionados na Pedra&Cal n. 2

Conservation of Granitic Rocks

Edited by J. Delgado Rodrigues e D. Costa

Ed. LNEC, 1996, 101 pp.

Preço: 2 100\$00 - Código: LNE.4

Títulos mencionados na Pedra&Cal n. 3

Lisboa em Obras

José Manuel Fernandes

Ed. Horizonte, 1997, 223 pp.

Preço: 3 500\$00 - Código: HTE.2

Casas Acariciadoras

Ed. Fundação das Descobertas, 1995, 51 pp.

Preço: 1 185\$00 - Código: FD.C.4

Estuques e Esgrafitos de Évora

Ed. DGEMN

Preço: 1 500\$00 - Código: DG.C.1

A Igreja da Memória

Joaquim Oliveira Caetano

Ed. DGEMN, 1991, 83 pp.

Preço: 3 000\$00 - Código: DG.E.1

Títulos mencionados na Pedra&Cal n. 4

Roteiro do Funchal

Ed. Câmara Municipal do Funchal, 1997, 223 pp.

Preço: 2 500\$00 - Código: CMFM.C1

Lisboa - Arquitectura & Património

José Manuel Fernandes

Ed. Livros Horizonte, 1989, 217 pp.

Preço: 2 500\$00 - Código: HTE.1

Palácio Pancas Palha

Ed. DMRU-CML, 1998, 125 pp.

Preço: 4 200\$00 - Código: CMLE.1

Títulos mencionados na Pedra&Cal n. 5

Manual do Pedreiro

J. Paz Branco

Ed. LNEC, 1981, 198 pp.

Preço: 2 100\$00 - Código: LN.M.2

Caminho do Oriente-Guia do Património Industrial

Deolinda Folgado e Jorge Custódio

Ed. Livros Horizonte/Caminho do Oriente, 1999, 217 pp.

Preço: 6 500\$00 - Código: HTC.3

Caminhos do Património

Ed. DGEMN/Livros Horizonte, 1999, 253 pp.

Preço: 6 000\$00 - Código: HTC.2

A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Ação da sua Reabilitação

Luz Valente Pereira

Ed. LNEC, 1996, (1. ed. 1994), 114 pp.

Preço: 2 300\$00 - Código: LNE.2

Nota de encomenda

Nome _____

Endereço _____

Código Postal _____

Localidade _____

Telefone _____

Fax _____

N.º Contribuinte _____

Número de associado do GECORPA (10% de desconto) _____

Assinante da revista "Pedra&Cal" (10% de desconto) Sim ☐ Não ☐

Código	Título	Preço Unitário	Desconto (*)	Quantidade	Valor (**)

Total: \$00

(*) associados do GECORPA ou assinantes da Revista têm direito a 10% de desconto sobre o valor de cada obra encomendada. (Os descontos não são acumuláveis)

(**) ao valor de cada livro deverá ser acrescentado 500\$00 de portes de correio.

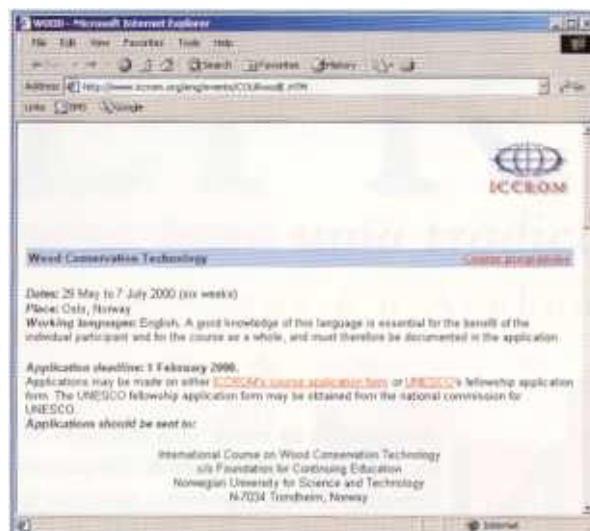
No caso da encomenda ultrapassar as duas obras, os portes de correio fixam-se nos 1 000\$00

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuado por cheque à ordem de GECORPA e enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, 27, 1.º Drº, 1050-170 Lisboa.

Junto envio cheque nº _____ no valor de _____ \$00 à ordem de GECORPA

Data _____

Assinatura _____



École Nationale du Patrimoine. França

A École Nationale du Patrimoine de França vai levar a cabo, entre Maio e Novembro próximo, uma série de colóquios sobre diversos temas desta área:

- *L'édition électronique en ligne et hors ligne* (29 a 31 de Maio, Paris)
- *L'industrie chimique: étude et place dans le paysage des grandes usines contemporaines* (20 a 22 de Junho, Le Havre)
- *Se renouveler et renouveler le projet de musée* (4 a 6 de Julho, Paris)
- *La sécurité dans les archives* (19 a 21 de Setembro, La Rochelle)
- *Les fonds photographiques contemporains* (4 a 6 de Outubro, Région Nord-Pas-de-Calais)
- *La création d'un site internet dans une institution patrimoniale* (11 a 13 de Outubro, Amiens)
- *Concevoir et programmer une exposition* (16 a 18 de Outubro, Bordeaux)
- *Le droit des images* (24 a 26 de Outubro, Paris)
- *Penser et planifier un projet d'informatisation des collections* (22 a 24 de Novembro, Paris)

Mais informações: École Nationale du Patrimoine, Direction des Études, Sandrine Ménard, Muriel Canarelli, 117 boulevard Saint-Germain, 75006 Paris, France; Tel: 33 1 44 41 16 41; Fax: 33 1 44 41 16 77; Email: info@enp.fr

Encontro internacional sobre "Wood Conservation Technology"

29 de Maio a 7 de Julho, Oslo, Noruega

Realizados de dois em dois anos desde 1984, na Noruega, o curso deste ano visa desenvolver a componente teórica e prática do tratamento da madeira e, em particular, o tratamento da madeira in situ.

Mais informações: Tone Marie Olstad, NIKU, PB. 736 Sentrum, N-0105 Oslo, Norway; Tel: 47 23 355000; Fax: 47 23 35001; E-mail: tone.olstad@nikuos.ninaniku.no

Xéme Forum Europa Nostra "Le Patrimoine comme atout pour un développement local durable"

10 de Junho, Praga, República Checa

Organisation: ECOVAST (European Council for Villages and Small Towns) et European Partnership for Central Europe

Thèmes:

- Patrimoine bâti et naturel en zone rurale: vers une adaptation de nouveaux usages
- Gestion du tourisme urbain et rural: comment atteindre un meilleur équilibre
- Vers un partenariat accru entre les autorités publiques (nationales et locales) et les organisations non-gouvernementales

Informations: Europa Nostra, Lange Voorhout 35, 2514 EC, The Hague, The Netherlands; Tel: 31 70 3560333; Fax: 31 70 3617865



Que fazer com os conventos?

Por: Nuno Teotónio Pereira ¹



Numa iniciativa de mérito, uma associação cultural de Montemor-o-Novo, as "Oficinas do Convento", decidiu promover a realização de um ciclo de debates, com data marcada para 25 a 28 de Outubro, com a finalidade de discutir a problemática da reabilitação e reutilização dos espaços conventuais – tema de grande importância local, já que naquela cidade existem nada menos que cinco conventos, alguns dos quais abandonados e em adiantado estado de degradação.

Portugal é talvez um caso único nesta problemática. Por um lado, porque a construção de espaços conventuais atingiu entre nós uma dimensão invulgar no contexto europeu, marcando profundamente a estrutura e a imagem das nossas cidades. Por outro, porque, com a extinção das ordens reli-

giosas em 1834, esses edifícios foram desafectados do seu uso (os masculinos desde logo e os femininos a partir da morte da última freira residente), não voltando, à parte reduzidíssimas excepções, a readquirir a função para que foram construídos, mesmo após o retorno daquelas ordens. Resultou desta circunstância a disponibilização, por parte do Estado, de um enorme volume de construções, distribuídas por todo o território e que foram sendo aprovei-

tadas para os mais diversos fins que a lenta modernização do país ia exigindo. Como proclamavam os ardentes defensores da causa liberal, havia em Portugal conventos a mais.

Nos casos mais frequentes, os edifícios desafectados foram aproveitados para instalar quartéis e hospitais. Registe-se o facto de, em Lisboa, dos cinco hospitais civis e dois militares que existiam até à construção de Santa Maria em meados do século XX – todos estarem alojados em antigos conventos! Muitos também foram aproveitados para fábricas, no contexto do processo de industrialização que se prolongou pelo século XIX, muitos outros ainda para universidades, museus, asilos, serviços de administração pública, e até – emblemático exemplo – para instalar o Parlamento!

Esta circunstância trouxe como consequência a quase total ausência de edifícios públicos construídos de raiz durante um século inteiro, até à vigorosa campanha de Obras Públicas empreendida por Duarte Pacheco. E se isso foi também o

reflexo de uma crónica penúria financeira do Estado, daí resultou a extrema pobreza da nossa arquitectura civil ao longo de todo esse período: contam-se pelos dedos, na capital do país, os edifícios públicos construídos durante esses 100 longos anos. Entretanto, os conventos situados em meios rurais ou em pequenas cidades ou vilas foram vendidos em hasta pública, caindo nas mãos de particulares, com melhor ou pior sorte.

Tais antecedentes poderiam ter criado entre nós uma cultura de reconversão e reutilização de edifícios históricos. Mas tal não aconteceu: as adaptações foram sendo feitas ad-hoc, orientadas por leigos na matéria e numa época em que a ideologia do Progresso votava ao desprezo as preocupações com o património. Por isso se cometeram barbaridades sem conta, muitas delas ainda bem à vista.

Nas décadas mais recentes o panorama alterou-se completamente: os edifícios conventuais ainda votados ao abandono têm sido objecto de intervenções do poder público, não com o carácter indiscriminado de outrora, mas como espaços particularmente dotados para certo tipo de funções, regendo-se em geral as intervenções por critérios cuidadosos de valorização patrimonial, evidentemente com projectos de arquitectos. Neste processo têm lugar destacado as pousadas da Enatur, mas também museus, centros culturais, etc.

Estas intervenções, se bem que geralmente consideradas de apreciável qualidade arquitectónica, têm porém suscitado alguma polémica, considerando algumas vozes críticas que por vezes se foi demasiado longe na introdução de alterações no interior, na construção de ampliações e mesmo na atribuição de novas funções. De registar é que parece relativamente consensual o postulado da Carta de Veneza ao recomendar que estas adições se distingam claramente das pré-existências, rejeitando soluções de mimetismo formal.

Neste contexto, vem em boa hora a iniciativa das "Oficinas do Convento", a levar a efeito no Convento da Saudação em Montemor-o-Novo. Para além de poder constituir um impulso para a reabilitação de um património muito rico e marcante na cidade, será uma boa oportunidade para a discussão dos critérios a ter em conta na reutilização e reabilitação do património conventual. 🖋️



Convento de S. Francisco em Montemor-o-Novo

¹ Arquitecto, autor de numerosos artigos e ensaios sobre Arquitectura, Habitação, Urbanismo, Património e Território. Autor e co-autor de diversos projectos de Arquitectura